

## De Castello a Figueiredo

uma incursão na pré-história da "abertura"

Sebastião C. Velasco E. Cruz  
Carlos Estevam Matins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CRUZ, SCVE., and MATINS, CE. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade e política no Brasil pós-64 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"**

Sebastião C. Velasco E. Cruz<sup>1</sup>  
Carlos Estevam Matins

O sistema de poder instaurado a partir do golpe de Estado de 64 apresenta duas características aparentemente contraditórias. Por um lado, o sistema distingue-se pela durabilidade. Já lá se vão 18 anos de continuidade ininterrupta, não se tendo produzido, nas várias oportunidades sucessórias, um único caso de alternância entre governo e oposição. O movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart demonstrou possuir aquela qualidade que Maquiavel punha acima de tudo: a capacidade de conservar o poder conquistado e ampliá-lo. Por outro lado, porém, registra-se o fenômeno da mutabilidade. Longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta.

São coisas diferentes, claro está, o que vem durando e o que vem mudando. O duradouro tem sido a permanência no poder da

---

<sup>1</sup> Agradecimentos ao Social Science Research Council e à Fundação Ford, que proporcionaram recursos para o projeto "Transição de Regime Autoritário e Empresariado: Brasil, 1974-198...". Entre fevereiro e agosto, trabalhei no CESAP - órgão da S.B.I. - no desenvolvimento do referido projeto.

coalização que, desde 64, assumiu o controle do Estado. O mutável tem sido a forma assumida pelo Estado, vale dizer, o regime político propriamente dito. Esses dois aspectos — o quem e o como — longe de se antagonizarem, se complementam: as mudanças (do regime) viabilizaram a conservação (do poder). Por essa razão, talvez, o discurso oposicionista corrente costuma atribuir pouca importância às transformações ocorridas no plano "meramente" institucional.

Preferimos, no entanto, abordar a questão de um outro ângulo: sem perder de vista a existência da continuidade, procuraremos enfatizar as discontinuidades. Admitindo que o autoritarismo possa ser tratado como uma variável, suscetível de assumir diferentes valores ao longo do tempo, é forçoso reconhecer que o regime, apesar de ter-se tornado agudamente autoritário em diversos momentos, não só nunca chegou a atingir os graus extremos de intensidade registrados em outros países capitalistas periféricos (Chile, Argentina) como até mesmo assumiu, em certas oportunidades, características próximas às da normalidade republicana, tal como essa expressão é contemporaneamente entendida. As idas e vindas do regime foram, ademais, facilitadas pelo fato de que nunca se chegou a implantar um conjunto plenamente estruturado de instituições autoritárias, respaldado por uma ideologia inambígua, frontalmente avessa a compromissos com o credo liberal-democrático. Por certo, tais limitações não impediram os surtos de práticas extremamente violentas que ultrapassaram os níveis de prepotência admitidos pelo marco institucional. Tal ocorreu todas as vezes que os agentes diretos

da repressão conseguiam apelar com êxito para a chamada "excusa da necessidade". Não obstante, também é verdade que, na ausência de uma congruente cobertura normativa e valorativa, as práticas toleradas em situações críticas tenderam a tornar-se exorbitantes face ao refluxo do movimento conjuntural que as engendrara. Essas e outras características do mesmo gênero foram o que levou um especialista do porte de Juan Linz à conclusão de que "o caso brasileiro constitui uma situação autoritária mais do que um regime autoritário"<sup>2</sup>.

Com efeito, de 64 aos dias de hoje passamos por sucessivos arranjos institucionais, cada qual combinando, em dosagens diferentes, elementos avulsos de autoritarismo, militarismo, corporativismo, liberalismo e democracia. O fato de que esses arranjos se sucederam, sem conseguirem se estabilizar, sugere que o nosso objeto de estudo, longe de ser uma ordem estabelecida que se reproduz a despeito das circunstâncias, é, antes, um processo que avança de um ponto de equilíbrio instável a outro igualmente precário. Há uma dinâmica a ser captada e, para tanto, precisamos recorrer a algumas hipóteses preliminares:

1. Os momentos de intensificação do autoritarismo como, por exemplo, a edição do AI-2, em 65, ou a do AI-5, em 68, não

---

2 Juan J. Linz, "The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brasil", in Alfred Stepan (ed.) *Authoritarian Brazil*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1973.

decorrem em linha direta do golpe de 64. Apesar de sua inegável importância, o movimento de março não pode ser erigido em principal fator explicativo das eclosões autoritárias posteriores como se, no interior daquele, estas já estivessem dadas, tal qual bombas de ação retardada. Ao impor um pesado silêncio sobre as mediações que nos conduziram a sucessivas catástrofes, as análises supostamente unificadoras soterram toda uma trama histórica complexa que, no seu tempo, além de ter sido sofrida, foi também tecida pelos que participaram das lutas empreendidas nas diversas conjunturas. Torna-se necessário, por conseguinte, recuperar as determinações específicas e a dinâmica interna desses processos parciais que redundaram em recrudescimentos do autoritarismo.

2. O esquema maniqueísta credita à oposição apenas as mudanças positivas, de sentido democratizante, e a isenta de qualquer responsabilidade no que diz respeito às mudanças negativas, de sentido autocratizante. Pensamos, ao contrário, que a oposição é parte integrante do sistema político, não podendo a história deste ser indiferente às concepções e aos comportamentos daquela.

3. A tese de que as características do regime devem-se apenas ao golpe e aos golpistas de 64 tem também o inconveniente de obscurecer o avanço de processos mais profundos de natureza estrutural. O capitalismo contemporâneo, requerendo a crescente participação do Estado na produção de mais-valia e na reprodução da força de trabalho, exige a reformulação das esferas pública e privada, assim como a dos mecanismos, institucionais e ideológicos, que as

articulam entre si. A proeminência que em todo o mundo vem sendo adquirida pela burocracia estatal (civil e militar), pelos meios eletrônicos de comunicação de massa, pelo discurso tecnocrático, pelos direitos sociais, pelos valores atinentes à segurança do Estado, necessariamente coloca em crise os partidos políticos, o parlamento, o conceito de lei, os processos autônomos de formação da opinião pública, as liberdades civis e os direitos políticos do cidadão. Tudo isso faz parte da problemática do capitalismo contemporâneo que, no caso brasileiro, é complicada pela questão do desenvolvimento na periferia do sistema mundial. Nem tudo, portanto, decorre do golpe de 64.

Os que tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart tiraram de seu fracasso em 61 a lição que os levou à vitória em 64. Compreenderam que, para ter êxito, o novo golpe a ser tentado precisava contar com uma base social de apoio que fosse a mais ampla e diferenciada possível. Levada à prática, essa diretriz resultou na montagem de uma complexa coalizão que incluía praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário) juntamente com ponderáveis parcelas da pequena-burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas respectivas representações no plano político-partidário. A contra face militar dessa coalizão era também complexa, nela agregando-se legalistas históricos (como o próprio Castello) e conspiradores incansáveis (Ademar de Queirós, Silvio

Heck, Albuquerque Uma, Cizeno Sarmiento etc.).

Não podia ser maior a desproporção entre as forças reunidas nessa coalizão e as que foram derrotadas. Quando finalmente ocorreu o confronto decisivo, os situacionistas da véspera viram-se, de repente, reduzidos a mais completa impotência.

A compreensão do pós-64 requer a análise dessa coalizão vitoriosa. Para simplificar ao extremo, vamos aqui considerá-la apenas em sua dimensão militar, assumindo por hipótese que os interesses sócio-econômicos dela participantes são representados, de forma específica, pelas diversas frações ou correntes militares. Numa segunda operação simplificadora, reduziremos a variedade dos agrupamentos castrenses a apenas quatro categorias: os sorbonistas, a linha dura, os nacionalistas de direita e as chefias que se impõem em nome da unidade e do princípio burocrático constitutivo da corporação.

As origens históricas do sorbonismo remontam à Revolução de 32, à resistência contra Vargas e o Estado Novo, à aliança com os Estados Unidos na frente antifascista da Segunda Guerra. Sua contrapartida na política civil e na esfera ideológica encontrava-se na cúpula da UDN e nos porta-vozes do pensamento liberal. Em conjunto, essas forças se opunham ao socialismo em geral e, mais especificamente, ao movimento nacional-popular (setores do PTB, PCB, esquerda militar) e ao seu companheiro de viagem, o clientelismo, seja na versão tradicional (PSD), seja na versão populista (PSP e peleguismo petebista).

O sorbonismo não se confundia com o mero conservadorismo ou como mero reacionarismo. Muito mais do que isso, ele se definia como um dos grandes pólos de atração do sistema político brasileiro, passando a apresentar-se como alternativa real de poder especialmente depois que o governo Kubitschek consolidou seus suportes materiais ao aprofundar, tornando-se praticamente irreversível, o modelo de desenvolvimento dependente-associado. Graças à presença sorbonista, o movimento de 64 continha a possibilidade de transcender os limites de um simples golpe de Estado e de se configurar positivamente, como redirecionamento cosmopolita-modernizante que abandonaria os rumos tomados pela Revolução de 30 para inaugurar um novo ciclo da história brasileira.

Credenciando-se como a força político-ideológica mais qualificada para dirigir a coalizão golpista, o sorbonismo assumiu de fato o controle do Estado em 64, integrando maciçamente o governo presidido pelo marechal Castello Branco. Outras posições importantes do aparelho estatal, como o cargo de ministro do Exército, foram distribuídas entre os representantes dos demais setores da coalizção vitoriosa. Mas o governo propriamente dito — a direção política do Estado — ficou com os sorbonistas.

Junto com o poder, os sorbonistas tinham em suas mãos um problema de difícil solução: a composição da coalizção vitoriosa, na qual ocupavam a posição hegemônica, tinha sido adequada para viabilizar o golpe, mas mostrava-se incompatível com o programa de governo que pretendiam executar. Interesses que precisavam ser

contrariados — como os do latifúndio e os da burguesia economicamente parasitária ou atrasada em termos tecnológicos e organizacionais — encontravam-se instalados no esquema situacionista, enquanto que outros interesses, suscetíveis de participar de um pacto desenvolvimentista, encontravam-se aguerridamente entrincheirados na oposição. Assim sendo, a coalizção vitoriosa não era apenas heterogênea: era também fortemente contraditória e, mais importante do que isso, essencialmente incapaz de unificar setores dominantes e dominados num projeto policlassista que, sendo consensual entre seus defensores e majoritário face a seus oponentes, pudesse ser implantado conforme o ideal sorbonista, vale dizer, dentro da lei e da ordem.

Parece absurdo falar de lei e de ordem com referência a um governo que se instalou pela força. Inegavelmente editou-se, com base no poder constituinte das insurreições armadas, o Ato Institucional que suspendia as garantias de inamovibilidade e estabilidade no emprego público (Art. 7º) e outorgava ao presidente da República a faculdade de revogar mandatos eleitorais e cassar direitos políticos pelo prazo de dez anos (Art. 10º). Inegavelmente, houve uma grande quantidade de intervenções arbitrárias em diversos setores da sociedade (especialmente nos sindicatos), cerca de sete mil pessoas foram prejudicadas com a perda de posições ou direitos adquiridos e número muito maior foi atingido, de uma ou outra forma, pela repressão policial generalizada que se desencadeou com o golpe.

Todavia, também é inegável que a ditadura que assim se manifestava era comparativamente branda. Por um lado, não foram extraordinariamente elevadas — nem em número, nem em custo pessoal — as baixas registradas durante o período de expurgo. Recorde-se que a linha dura reclamava cerca de cinco mil cassações de direitos políticos e obteve menos de quatrocentas. Por outro lado, a presença dos traços característicos do Estado de exceção foi notavelmente sóbria.

Para começar, decidiu-se manter a Constituição de 46, a fim de demonstrar, como dizia o intróito do Ato, "que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário". Enquanto instituições, a liberdade de imprensa, as associações representativas e os partidos políticos não foram diretamente atingidos, ao passo que, quanto aos sindicatos, não houve necessidade de inovações legislativas, dada a vigência do estatuto corporativo não revogado pela democracia de 46. O calendário eleitoral tampouco foi alterado. O Congresso nacional foi mantido em funcionamento, tendo em vista, como esclarece o Ato, "reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a Revolução vitoriosa".

Além dessas, outras restrições do pleno poder merecem ser destacadas:

1. Embora a expressão "guerra revolucionária" seja utilizada e a necessidade de "drenar o bolsão comunista" seja reconhecida, o Ato não modifica a antiga lei de segurança nacional, elaborada pelo Congresso em 1953.

2. Havia dois artigos fortemente discricionários: o 7º e o 10º, já citados. Surpreende, no entanto, a curta duração conferida à vigência de ambos. O 7º expiraria no prazo de seis meses e o 10º, que era o mais draconiano de todos, vigoraria somente durante 60 dias.

3. O Ato foi editado sem numeração (não se cogitava de uma série) e estaria automaticamente revogado, quanto ao resto de seus artigos, em menos de dois anos (31 de janeiro de 66), expirando juntamente com o mandato presidencial. Este, por sua vez, não era um novo mandato, mas o do presidente Jânio Quadros, a ser apenas completado por seu terceiro titular. O detentor do mandato seguinte deveria ser escolhido através de eleições diretas, em conformidade com as normas da Constituição de 46.

Em praticamente todas as áreas de atuação, o governo Castello Branco manteve-se fiel ao que poderíamos chamar de ideal sorbonista: o de promover via integração institucional, o modelo de civilização realizado pelos países centrais do sistema capitalista. Assim, também, na área política. No entender dos sorbonistas, um regime liberal-democrático moderno precisaria possuir, no mínimo, três virtudes: 1) agilidade nos processos decisórios; 2) capacidade de controlar as ameaças de subversão da ordem; 3) garantir aos partidos políticos o direito efetivo de se alternarem no poder mediante livre disputa eleitoral. Evidentemente, o regime de 46 deixava a desejar em cada um desses pontos.

Detenhamos-nos no último. De 45 a 64, a UDN e seus aliados nunca tiveram a possibilidade real de competir em pé de igualdade

com seus adversários — O PSD, o PTB e o PSP — a favor dos quais o sistema político era estruturalmente enviesado. Para corrigir as distorções que marginalizavam os udenistas e seus aliados, o governo Castello Branco empreendeu uma série de reformas.

Uma das mais importantes, a da administração pública, visava racionalizar a organização e os métodos de trabalho da máquina burocrática de modo a capacitá-la para o desempenho eficiente das funções que lhe correspondem no quadro do capitalismo maduro, dominado pelas grandes empresas. No plano político-partidário, tal reforma tenderia a destruir as fontes de alimentação das práticas clientelistas que bloqueavam a alternância no poder. Tratava-se de fechar as portas do tesouro e dos empregos públicos que o Estado cartorial franqueava aos dirigentes do PSD do PSP.

Outra grande iniciativa foi a proposta de Reforma Agrária, inspirada no conceito de imposto territorial progressivo. Tratava-se de eliminar os proprietários incapazes de modernizar seus estabelecimentos, ao mesmo tempo em que seria gerada, por meio de apoio governamental, uma nova pequena-burguesia rural, autônoma e competitiva, a coexistir com as médias e grandes unidades capitalistas. Atingindo os currais eleitorais do PSD, a reforma criaria bases de apoio social afinadas com o partido (sorbonista) da modernização conservadora.

A terceira reforma das estruturas que condicionam o comportamento eleitoral das massas populares foi a que incidiu sobre as relações dos sindicatos com a Previdência Social e o Ministério do

Trabalho. Nesse caso, o alvo visado era o PTB. Tratava-se de lhe retirar o poder de patronage resultante da inserção dos sindicatos nos aparelhos estatais. O projeto envolvia duas mudanças fundamentais. Por um lado, previa a universalização do direito de acesso aos benefícios proporcionados pelo sistema; por outro, estipulava a completa unificação administrativa e a abolição do conceito de representação classista na gestão dos órgãos assistenciais e previdenciários. Tais transformações fariam com que essa gigantesca fonte de recursos financeiros e políticos deixasse de ser uma reserva de caça do petebismo.

Providências desse tipo, assim como outras que a seguir mencionaremos, testemunhavam a disposição de restabelecer um regime (reformado) de cunho liberal-democrático. Não por decorrência de uma postura idealista. Na verdade, os sorbonistas não tinham outra escolha. Como poderiam apostar na exacerbação do poder militar se justamente aí residia os seus pontos fracos, mal representados como sempre foram no seio da tropa? Seu ponto forte estava no verso da medalha: estava na sociedade civil onde predomina, como se sabe, o grande capital. Dessa vinculação provinha igualmente a extraordinária sistematicidade do programa posto em prática pelos sorbonistas. Tão importante quanto isso, as transformações em curso estavam conferindo caráter estrutural e irreversível à derrota inicialmente sofrida no plano político pelas forças nacionalistas e populares. Introduzidas em ritmo superacelerado, as múltiplas reformas estavam sepultando o passado

e criando novas condições objetivas que invalidavam por completo a possibilidade de restauração da situação deposta em 64.

Os sorbonistas, porém, não atuavam no vazio. Pelos lados, chocavam-se com a linha dura e os nacionalistas de direita; pela frente, esbarravam com a oposição, que crescia a cada dia, na medida em que iam se dando as defecções no "campo revolucionário"; por baixo, era indócil e instável a base de apoio político-parlamentar com que contavam. Como agravante, eram as incoerências mesmas de seu projeto que surgiam como fontes de dificuldades. Assim, não admira tenha sido tão imperfeita a passagem dos planos à realidade.

Os nacionalistas de direita, ao mesmo tempo que ofereciam resistência à política econômico-financeira que aprofundava a experiência externa e os desequilíbrios internos, davam apoio aos oficiais de linha dura, empenhados em levar adiante a repressão revanchista contra a orientação legalista e reconstitucionalizante que o governo procurou impor, uma vez encerrada a assim chamada fase de depuração. Tendo conquistado ascendência nas comissões de inquérito policial-militar e detendo posições no alto comando revolucionário, as alas radicais valiam-se dessas bases de poder para desafiar a autoridade presidencial e investir contra os remanescentes da situação deposta, seja no plano federal, seja no âmbito estadual, onde impunham medidas decretadas nas águas da revolução para atender interesses facciosos da política local. Finalmente, deve-se pelo menos registrar um ponto crucial cuja análise não podemos desenvolver aqui: todos esses movimentos de insubordinação

intramuros eram incentivados e, em certas áreas civis e militares, diretamente liderados por Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, na qualidade de candidatos inarredáveis à presidência da República.

Ganhando aqui e perdendo ali, Castello Branco foi registrando pequenas vitórias na contenção dos anseios direitistas. Uma das mais importantes foi a observância do prazo — vencido a 15 de junho de 64 para a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. Com o desaparecimento desse poder extinguiu-se, tecnicamente, o Estado de exceção: para ressuscitá-lo seria mister um novo surto revolucionário, que outra vez suspendesse a eficácia do ordenamento jurídico. Nada menos que isso foi tentado pelas lideranças civis e por chefes militares, como o marechal Taurino de Resende, que presidia a Comissão Geral de Investigações encarregada de coordenar os inquéritos conduzidos pelos coronéis da linha dura. Castello Branco resistiu. Sem dúvida, assinou a última lista de cassações, encabeçada por Kubitschek; mas recusou-se a prorrogar a vigência do arbítrio. Em seguida, não atendeu aos que lhe reclamavam a decretação do estado de sítio. Posteriormente, rejeitou a criação de novos instrumentos para substituir os poderes cessantes outorgados pelo Artigo 7°. Conforme observou na época o jornalista Carlos Castello Branco, "a política de repressão não atendeu aos interesses e às reivindicações dos que a preconizavam (...) Os partidários da linha dura são hoje pessoas frustradas e descontentes com o governo. Em cada Estado, do Rio Grande do Sul ao Acre, há queixas". Vários governadores, com dossiês ultimados pela Comissão Geral de



Investigações, "foram salvos da degola pela moderação com que o presidente usou dos poderes que lhe atribuiu o Ato Institucional".<sup>3</sup>

O enquadramento do poder militar no marco jurídico constitucional tinha sido provavelmente prematuro. Longe estavam do ponto de saciedade as fúrias mobilizadas para efeito de desfechar o golpe. A onda revolucionária, forçada a canalizar-se quando ainda estava em plena atividade expansiva, teve de ser várias vezes contida, sempre com grande dificuldade, durante as crises provoca das pela linha dura, cujas atividades se intensificaram a partir de outubro, tão logo caducou o Artigo 7º. As pressões que se exerceram, de forma crescente e aparentemente orquestrada, geraram situações críticas no Ceará, no Maranhão, em São Paulo e, especialmente, em Goiás, onde se concentrou a resistência de esquerda sob a liderança do governador Mauro Borges. O próprio Congresso foi colocado em posição periclitante, atingido nas pessoas do presidente do Senado e do presidente da Câmara dos Deputados. Foi contestada igualmente a autoridade do ministro da Justiça (liberal de quatro costados), bem como a do Supremo Tribunal Federal, nas seguidas tentativas que visavam desvertebrar o Poder Judiciário. Em fins de novembro, com base no caso Mauro Borges, os duros reivindicaram abertamente um novo Ato Institucional para repor a Revolução em marcha. Seu objetivo, como dizia o presidente, era o de se constituírem em "força autônoma". Não obstante, tudo foi feito mais ou menos na forma da

---

3 Carlos Castello Branco, *Os Militares no Poder*, vol. 1.

lei, inclusive a intervenção federal em Goiás, que se processou com o governador Mauro Borges protegido por um habeas-corpus.

Quando começa o mês de dezembro de 64 o pior parecia já ter passado. Apesar dos arranhões, reinava a Constituição de 46 e o governo, ainda que desgastado, encontrava-se a cavaleiro da situação. Os focos de tensão remanescentes do pré-64, embora não extintos, estavam pelo menos sob controle. Para o governo, tratava-se de olhar para a frente. O grande passo seguinte, no caminho da recuperação da normalidade, seria dado se a sociedade civil, organizada nos diversos partidos políticos, conseguisse atravessar as eleições de outubro de 65 sem se chocar contra a resistência das forças radicais.

Tal, entretanto, não se deu. Apesar das providências legais adotadas a fim de afastar do pleito candidatos tidos como "não assimiláveis" (Sebastião Paes de Almeida, em MG; Hélio de Almeida e Lott, na GB), foi enorme a reação provocada nos círculos militares pelos resultados eleitorais, que davam a oposição a vitória em 5 dos 11 estados, entre os quais os dois mais importantes — Minas e Guanabara.

Instigada além dos limites, a direita fortaleceu-se a ponto de impor a edição do Ato Institucional nº 2. Só então, e não antes, o regime mudou no sentido do autoritarismo recrudescido. A ditadura, que parecia caminhar para o recesso, estava de volta mais forte do que antes. A ressurreição incluía o retomo dos poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, a extensão do foro militar aos civis, a limitação da livre manifestação do pensamento, a

suspensão das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, a extinção dos partidos políticos, a outorga da faculdade de decretar intervenção nos estados, de baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional e de declarar em recesso as casas legislativas. Ficavam assim anuladas não só as conquistas eleitorais realizadas pela oposição como as pretensões políticas do grupo sorbonista.

Com efeito, o presidente Castello Branco passaria a jogar, daí para diante, na defensiva. Tendo perdido toda e qualquer condição de comandar o processo de sua própria sucessão, uma vez que, atuando na crise como mediador entre os radicais e os sorbonistas, o ministro do Exército, Costa e Silva, havia se tomado um candidato inarredável, só restava a Castello Branco a possibilidade de influir na margem, introduzindo medidas restritivas ou acauteladoras. Já no bojo da crise de outubro havia tentado reduzir o alcance do novo Ato, contrapondo um projeto alternativo, menos drástico, de simples reforma constitucional e procurando obter sua aprovação pelo Congresso, a fim de evitar que fosse outra vez invocado o poder constituinte da Revolução. Essas manobras não tiveram êxito, inclusive porque o Congresso se recusou a colaborar. Em compensação prevaleceu, como dado crucial para a análise da evolução do regime, a tese da vigência limitada: o novo Ato expiraria a 15 de março de 67, juntamente com a posse do próximo presidente.

Castello Branco valeu-se do tempo que lhe restava à frente do governo para elaborar uma nova Constituição, cujos dispositivos, supostamente mais ajustados aos requisitos do Estado

contemporâneo, evitariam os impasses atribuídos à Carta de 46. Confirmando a mudança ocorrida na correlação de forças (derrota da esquerda, recuo do centro e ascensão da direita), foram elaboradas durante esse período a nova Lei de Imprensa e o Decreto-Lei 314, promulgado em março de 67 e conhecido como Lei de Segurança Nacional. Este último diploma, sem dúvida um monstro do ponto de vista jurídico, foi justificado em função da crescente obsolescência da Lei 1802, de 53, que até então regulava a matéria sem ter incorporado a posterior evolução do pensamento militar, cada vez mais voltado para as questões relativas à subversão da ordem interna e a necessidade de dotar o Estado de instrumentos eficazes de autodefesa.

A consideração do período Castello Branco é crucial para a análise do regime autoritário no Brasil, não só porque nele estão postos quase todos os elementos que, exacerbados em seu grau máximo nos anos seguintes, conformariam a conjuntura que veio a desaguar na crise de 68 e na edição do AI-5, mas também porque nele já está claramente colocado o dilema que perpassa toda a história desse regime, até os nossos dias de cinzenta abertura. Com efeito, se o relato extremamente sucinto que fizemos até aqui põe em tela o conflito entre castelistas e duros e sua permanente disputa pela definição do rumo a ser imprimido ao processo político, muitas perguntas ficariam no ar se não incorporássemos na análise pelo menos dois outros aspectos: o papel desempenhado nessa conjuntura pelas oposições e as contradições que habitavam o projeto sorbonista.

No que tange à oposição — e aqui podemos nos referir a ela em seu conjunto, desprezando os seus muitos e profundos contrastes — o ponto a destacar é a sua quase total incompreensão com respeito à natureza da ruptura verificada com o movimento de 64. Apesar das evidências em contrário que se somavam, ela continuava a mapear a realidade nos termos da situação antiga, encarando a intervenção militar de abril como um episódio de curta duração, análogo a outros vividos no passado, dos quais se distinguiria basicamente pelos seus excessos e pelo tamanho de sua incontida pretensão. Incapaz de reconhecer o caráter geral, estratégico, da mudança ocorrida, ela persiste em praticar o padrão tradicional de política, recorrendo aos mesmos expedientes, fixando-se em objetivos formulados no período anterior e que, cada dia mais, se revelavam fantasiosos. Não é outra razão do comportamento desafiador, provocativo mesmo, dessa oposição, traço que vamos observar inclusive em grupamentos que se notabilizaram na história brasileira pela acentuada prudência e permanente disposição ao entendimento e às fórmulas de compromisso. Essa é a postura que se reflete, por exemplo, num lance como o do retorno de Juscelino ao Brasil e na recepção que lhe fazem. "O Sr. Juscelino regressou de Paris, na ocasião em que se faziam as primeiras apurações da eleição e resolveu desfilar, seguido dos seus correligionários, em cortejo motorizado, pelas ruas do Rio de Janeiro, fato considerado afrontoso à Revolução, que levou a aumentar a irritação no meio militar." Quem narra o episódio é um "duro", o general Jayme Portella; ele prossegue: "O Coronel

Ferdinando de Carvalho, encarregado de um inquérito policial militar para apurar atividades subversivas... convocou o Sr. Juscelino para ser ouvido. A convocação do Sr. Juscelino causou um reboiço em áreas políticas, em geral, pois achavam desconsideração ser ele ouvido em inquérito".<sup>4</sup> E, no entanto, no quadro de uma crise militar grave, contestados como vinham sendo os resultados do pleito, um desfecho como esse não era de todo imprevisível.

Aos olhos da oposição, o governo militar afigurava-se como uma ditadura pura e simples, cujo apoio inicial fora rapidamente maltratado. "Durante os primeiros tempos após o 1 de abril, ... as vítimas eram confinadas, senão materialmente, sem dúvida moralmente. Os cidadãos comuns as temiam como vítimas obscuramente culpadas das três iras dos deuses, e delas se afastavam por prudência. Mas hoje é espantosa a transformação. Todos as procuram movidos por um generoso e por vezes inarticulado sentimento de reparação. Nesse movimento de aproximação aos cassados, às vítimas da ditadura militar... está a prova de que a ditadura já é uma sobrevivência no tempo. (grifos nossos) O povo brasileiro em sua imensa maioria já lhe retirou qualquer apoio... Agora é a ditadura que se vai confinando de mais a mais, num crescente isolamento do povo representado por todas suas camadas."<sup>5</sup>

---

4 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o Governo Costa e Silva*, Rio de Janeiro, Guavira Editores, 1979, p. 277.

5 Mário Pedrosa, "O Processo da Redemocratização", *Correio da Manhã*, 25.9.1966.

Carente de bases, corroída por dissensões internas — a análise não augurava à ditadura um futuro auspicioso.

O equívoco da oposição não poderia ser mais drástico. Ressalve-se, entretanto, esse fato: a incompreensão demonstrada ante a nova realidade emanada do golpe não era apanágio dos derrotados. Também no campo de lá, entre os que "fizeram a Revolução" e/ou aplaudiram a sua vitória, o grau de percepção sobre o que se passava, em muitos casos, não foi mais apurado. Aqui também vamos constatar comportamentos informados por uma visão que atribuía ao movimento de 64 caráter e objetivos muito limitados. Observemos um homem como Lacerda, agarrando-se com unhas e dentes à quimera de uma candidatura presidencial que, desde os primeiros dias após o golpe, sentia escapar entre os dedos de sua mão. Atentemos para os seus movimentos, a intensidade, o tom desabrido de sua crítica, primeiro voltada contra figuras de ministros, depois contra o próprio Castello. Esse tipo de cena ele já havia montado inúmeras vezes ao longo de sua carreira política, com inegável sucesso. Entretanto, os tempos haviam mudado. Pensemos em outro tipo de gente, aqueles liberais puros que, em diferentes momentos, recusaram-se a transigir buscando manter-se fiéis ao que pregavam. Num Milton Campos, abandonando a pasta da Justiça dias depois das eleições de outubro de 65, ao pressentir quais seriam os próximos passos. Em Adauto Cardoso, rejeitando "o Poder Constituinte, inerente a todas revoluções" e tentando em ação desesperada fazer julgar, à luz dos princípios constitucionais, decisões do poder

militar.<sup>6</sup> Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas não mudariam a lição. Para todos esses, a cada ato de afirmação da nova ordem, mais ela parecia distanciar-se de seus "legítimos propósitos".

Os homens fazem a história, mas não sabem com exatidão que história fazem. O sorbonismo, tampouco, logra escapar ao círculo de giz desse lugar-comum filosófico. Escolhido, depois de vencer as resistências de Costa e Silva, para ocupar a presidência da República, numa autêntica "decisão revolucionária" a ser posteriormente referendada pelo Congresso, Castello Branco comporta-se como candidato e, nessa qualidade, encontra-se secretamente com Juscelino e a cúpula do PSD que, em troca das garantias obtidas, emprestam-lhe o apoio solicitado.<sup>7</sup> O PSD cumpriu a sua parte no acordo, e até a primeira semana de junho compôs, com a UDN e partidos menores, o bloco parlamentar, de 250 deputados, que se formara para dar apoio ao novo governo. O decreto de 8 de junho, cassando o mandato e os direitos políticos de Juscelino, vai determinar o esfacelamento desse bloco, tornando precária a base de sustentação de Castello no Congresso. Mas não apenas isso: tendo como pano de fundo o compromisso antes aludido, esse ato será vivido como uma traição e contribuirá fortemente para exasperar o ânimo da oposição.

Informações sobre o episódio da cassação de Juscelino são

---

6 Como presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso decide submeter ao plenário a constitucionalidade das cassações de mandatos políticos realizados em outubro de 66, daí resultando o fechamento temporário do Congresso e sua posterior renúncia àquele cargo.

7 Jayme Portella, op. cit., pp.203 e segs.

disponíveis. Sabemos que Castello e a sua assessoria política não a desejavam. Sabemos, ademais, que Castello, pessoalmente, resistiu até o último momento, cedendo apenas ante a pressão incisiva de seu ministro da Guerra. No entanto, não é este o aspecto que desejamos enfatizar. Mais importante, de nosso ponto de vista, é a ambigüidade que o seu comportamento denota — o seu gesto de "candidato" (quando se tratava já de "delegado da revolução") e a sua atitude de "chefe revolucionário" (quando procurava vestir a fantasia de presidente constitucional).

Essa duplicidade, vamos constatar-la em todos os posicionamentos de Castello e em toda a sua obra. Líder de um movimento que galvanizou amplas parcelas da opinião pública em nome da ordem e da defesa da democracia ameaçada, ele sofreu, por assim dizer, as conseqüências da facilidade surpreendente da vitória. Senhores da situação a uma simples movimentação de tropas, os militares no Brasil assumem o poder atados, pelos apoios com que contavam e por sua própria retórica, às instituições e às práticas da velha ordem. É sob essa luz que adquire sentido a decisão de fazer eleger o novo presidente pelo Congresso. É nessa perspectiva, também, que se compreende o caráter limitado do Ato Institucional de 9 de abril de 64, cabendo sublinhar este fato: esse diploma é promulgado antes da posse de Castello, pelos ministros militares que compunham então um auto-intitulado Comando Supremo Revolucionário. Apenas desse ângulo torna-se inteligível a escolha de Castello para um mandato tampão de menos de dois anos e o

compromisso de substituí-lo através de eleições diretas. A essa altura, os "objetivos da revolução" parecem tópicos e de consecução fácil: "Fixaram a vigência daquele diploma (o Ato Institucional) até 31 de janeiro de 1966, quando seria empossado o futuro Presidente da República, pois julgavam que um período de um ano e dez meses seria o bastante para colocar o País nos eixos e entregá-lo a um novo Presidente".<sup>8</sup>

Muito cedo, porém, começam a surgir indícios de que tal avaliação teria sido revisada. Assim, já em abril de 64 Lacerda ouvia de um prócer da UDN a sugestão de que deveria abdicar de sua candidatura e, recusando-a, com toda razão atalhava: "Ora, se começamos por abrir mão da candidatura da UDN, provavelmente a de Juscelino não vai existir, então não haverá candidato; então não haverá eleições".<sup>9</sup> Em junho, como sabemos, Juscelino é cassado. Pouco depois, no dia 22 de julho, a Emenda Constitucional nº 9, que estabeleceu o adiamento das eleições com a prorrogação dos mandatos, era mais uma evidência que se somava. A essa altura, com as principais lideranças da oposição alijadas e Lacerda em processo de ruptura com o governo Castello, as eleições presidenciais já se haviam transformado em uma miragem.

A versão oficial desse episódio retrata um Castello reticente,

---

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 196.

<sup>9</sup> Carlos Lacerda, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, p.304. Olyrnpio Editora, 1975, pp. 85 e segs.; Daniel Krieger, *Delde al Minõel*, Rio de Janeiro, Livraria José Olyrnpio Editora, 1975, pp. 179 e segs.

aceitando a contragosto a prorrogação de seu mandato, rendendo-se apenas ao argumento final de que a decisão seria do Congresso.<sup>10</sup> O próprio Castello, na época, fez questão de externar publicamente a sua opinião: "As pessoas que me falaram sobre o assunto, sempre respeitaram o meu ponto de vista contrário à proposição do Senador João Agripino. Apesar da minha repetida rejeição à ideia, muitos políticos trabalharam para a sua consecução, formando-se mesmo uma corrente favorável e ponderável no meio revolucionário e político. Agora é uma situação de fato. Pessoal e politicamente preferiria terminar o meu mandato a 31 de janeiro de 1966" .<sup>11</sup>

Não temos razão alguma para duvidar da sinceridade dessas palavras. Mas..., não deixa de ser curioso. No plano político o governo Castello aparece como um suceder de derrotas. Não queria a cassação de Juscelino, mas foi obrigado a realizá-la; opunha-se à prorrogação de seu mandato, mas acabou por aceitá-la; convocou as eleições de outubro de 65 contra as resistências da oficialidade "dura", mas, logo a seguir, editou o AI-2 para apaziguá-la; queria um nome identificado com o seu ideário para substituí-lo na Presidência, mas assistiu impotente ao crescimento da candidatura contrastante de seu ministro da Guerra. Os fatos são indiscutíveis, mas isso não nos impede de considerá-los mais detidamente, buscando apreender a sua lógica. O que Castello não conseguiu, já sabemos. Talvez conviesse

---

10 Luís Viana Filho, O Governo Castello Branco, Rio de Janeiro, Livraria José.

11 Nota divulgada no dia 24.6.64, apud Jayrne Portella, pp. 226-227.

atentar um pouco para os seus sucessos — que não foram poucos nem menores — e indagar, finalmente, das relações que porventura possam existir entre o que ele fez e não fez, entre êxitos e fracassos.

Essa interrogação é em si mesma iluminadora. Porque, ao contrapor as frentes principais em que se desdobrou o governo Castello, ela faz ressaltar com toda nitidez a discrepância entre a moderação dos objetivos num plano — a frente política — e a enormidade da ambição que o inspirava nei outro — o campo das reformas econômico-sociais. Como dissemos no início deste artigo, o sorbonismo ascende ao poder munido de um amplo programa de reformas destinadas a remover os obstáculos à expansão do capitalismo no país e a viabilizar a plena configuração do modelo de desenvolvimento esboçado na segunda metade da década passada. Desde o final dos anos 50, a tarefa de elaborar esse "macroprograma de governo" foi desincumbida por agências privadas, que reuniam técnicos e empresários e operavam em estreita conexão com a ESG. Para o sorbonismo, o movimento de 64 tinha, no fundamental, esse sentido: permitir a implantação desse conjunto de reformas que não podiam mais ser adiadas. Essa, talvez, a principal diferença que singularizava o sorbonismo enquanto "partido militar", distinguindo-o radicalmente dos demais grupos envolvidos na intensa atividade conspiratória que precedeu o golpe. Neste sentido, é revelador o comentário do general Portella: "... a visita do General Sarmento serviu para a constatação de um fato curioso, que também ao Dr. Marcondes Perraz causou estranheza. Enquanto no QG do General

Costa e Silva, dadas as circunstâncias, atuava o Comandante por intermédio de oficiais de ligação e através de telefones, dando ordens e recebendo informações, o QG do General Castello — um apartamento residencial como o outro — funcionava como um escritório, em atividade que intrigou os dois visitantes e somente veio a ser esclarecido dias depois. Vários datilógrafos trabalhavam febrilmente, com os dedos metralhando incessantemente as máquinas e a atenção concentrada em sua tarefa ... Soube-se depois que, já naquela noite, os assessores do General Castello preparavam um plano de emergência para o Governo, esperando fazer dele o sucessor de João Goulart".<sup>12</sup>

Castello assume a Presidência em abril de 1964 para cumprir um mandato-tampão de um ano e dez meses,; no entanto, ele planeja para uma década. A contradição entre a exigüidade de tempo e as proporções do projeto. Este, o primeiro dado afixar.

Mas não é só isso. O conteúdo de suas políticas — social, econômica, exterior — não é indiferente à análise. Com efeito, ao comprometer-se, antes de tudo, com a sua implementação, ao recusar-se obstinadamente a negociá-las, ao dedicar todo o seu esforço a "isolar" política e economia esta devendo ficar a cargo dos detentores do saber, da ciência, dos tecnocratas — Castello não apenas violentou os derrotados, mas, além disso, chocou-se com a sua própria base, alienou apoios com que inicialmente contava. Não é

---

12 Idem, *ibidem*, p. 137.

por acaso que o alvo de Lacerda em suas primeiras fricções com o governo foi exatamente a política econômica. Idem Magalhães Pinto e tantos outros. E se olharmos para a política exterior? Quais as condições internas necessárias para a sustentação da política de alinhamento automático com os Estados Unidos, para <> envio de soldados brasileiros a uma república distante cujos anseios de libertação o país grande do norte decidira sufocar?

Por uma e outra razões — a discrepância entre a limitação do tempo e a amplitude do programa, de um lado, e, de outro, a orientação mesma de suas diretrizes — o governo Castello foi exercido mediante o uso farto e generoso dos mecanismos que a exceção lhe facultava. Legislar por decretos em ritmo frenético. Depoimento, em versão livre, de um participante: "Reuníamos num pequeno prédio aqui no centro onde funcionava o EPEA.<sup>13</sup> Éramos 15 ou 20, coordenados por Campos que sempre presidia as sessões. Discutíamos horas seguidas a respeito dos mais variados temas. Depois, o Bulhões Pedreira, que não era economista, mas um homem de percepção extremamente aguda e uma memória fabulosa, o Bulhões Pedreira sentava-se à máquina e dava forma jurídica ao que havia sido decidido como pontos consensuais.<sup>14</sup> Nos dias seguintes, estava lá o documento nas primeiras páginas do jornal.

Em momentos vários Castello foi obrigado a ceder ante a

---

13 Antiga denominação do atual IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

14 Entrevista a um dos autores.

pressão da linha dura. Na análise corrente, essas são apresentadas como efemérides de uma história específica, como episódio das dissensões militares. "Recuou porque não tinha força na tropa ... ". Acreditamos poder avançar um pouco além dessa observação banal. Quando se mobilizavam, quando exigiam, quando externavam indignação, os militares duros apelavam à legitimidade revolucionária. Repugnava-lhes a ideia de que conciliação, a barganha, o respeito reverente às leis — "as mesmas que se demonstraram ineptas para barrar o avanço da subversão entre nós" — que o compromisso com os restos do passado pudesse deter ou mesmo frear a marcha da "Revolução". Fizemos mal quando cobrimos de ridículo essa retórica desvairada. Uma vez, pelo menos, leiamos com seriedade o diploma fundador em que ela se calcava — o preâmbulo do Ato Institucional. O que ele reza?

"A Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte"; "a Revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma"; "Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória". "Os chefes da Revolução vitoriosa ... representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular." "Fica bem claro que a Revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional ... a sua legitimação." Nos quadros dessa formulação doutrinária, que postula uma relação expressiva e direta entre os chefes da Revolução — detentores de um poder incontestável — e o povo entidade abstrata em que se

fundamenta a sua legitimidade — a decisão de preservar em suas linhas gerais a Constituição de 46 e de manter em funcionamento o Congresso estabelece um compromisso extremamente frágil, cuja condição de vigência é a perfeita ductilidade das instituições do Estado (o Legislativo, o Judiciário) aos ditames da vontade revolucionária.

É em nome desses princípios que os jovens oficiais de linha dura repetidas vezes fazem ouvir a sua voz. Mas — este é o ponto fundamental é neles também que se baseia o governo Castello. Não apenas pela sua origem, mas pela absoluta necessidade de recurso a eles para levar a cabo as suas metas programáticas. Presidente e revolucionário, forçado permanentemente a assumir este último papel para vencer as resistências que a implementação das políticas de seu governo suscitava, ante as investidas da direita os seus flancos estavam quase sempre abertos.

Tudo isso fica mais evidente ainda quando pensamos em que condições poderia dar-se o confronto do sorbonismo com a linha dura militar e qual seria o seu significado. Nesse caso, a "inabalável coesão das forças armadas" teria sido rompida, admitamos, para efeito de raciocínio, com a vitória de Castello. Mas não seria o mesmo Castello. A própria Revolução, em virtude desse fato, teria passado à história.

Em julho de 64, como em outubro do ano seguinte e em 66, no episódio da sucessão, a correlação no seio das Forças Armadas desfavorecia o sorbonismo. Mas este não é um fato militar mas



político. Em outras palavras, Castello perdeu politicamente algumas batalhas. Quando olhamos em conjunto o seu governo, quando fazemos o balanço global de sua obra, a convicção se afirma: perdeu as batalhas necessárias para vencer a guerra.

Com a posse de Costa e Silva não se inicia apenas o mandato de um novo presidente. Naquele momento terminava um segundo ciclo de expansão autoritária, marcado pela seqüela de expurgos, perseguições e arbitrariedades. Em contraste com esse quadro, inaugurava-se em 15 de março de 67 um novo período constitucional em que as liberdades públicas, as instituições representativas e a autoridade da magistratura — ainda que gravemente restringidas e ameaçadas pela legislação antes mencionada — tinham sido restabelecidas.

Juntamente com a transformação do regime, mudara também a estrutura da coalizão dominante. Com a reviravolta de outubro de 65, o sorbonismo entrara em processo de retração para ser finalmente marginalizado pela linha burocrática, pelos duros e, especialmente, pelos nacionalistas de direita que conquistaram posições de influência junto aos centros governamentais de decisão. Embora os sorbonistas não tivessem sido expelidos na coalizão, a modificação do regime deu lugar à reordenação do bloco no poder, viabilizando a permanência da mesma coalizão, embora com o novo perfil que dava saliência aos adversários da Sorbonne.

Para explicar o que iria se passar no transcurso do governo Costa e Silva tem sido invocado o descontentamento popular, das

classes médias, de setores do empresariado e dos demais interesses contrariados, seja pela opressão autoritária, seja pelas condições econômicas. Esquecendo que tais insatisfações estavam presentes e eram tão ou mais sentidas na conjuntura anterior, esse tipo de explicação não leva em conta justamente as duas mudanças de capital importância que acabamos de assinalar: a reconstitucionalização do Estado e a substituição do "partido" no poder, com a conseqüente redefinição do conteúdo das políticas governamentais.

Em termos de regime, o período que então começava caracterizava-se por aquilo que hoje se chama de abertura política. Ao mesmo tempo, o slogan da humanização coloria as diretrizes da ação governamental. Estavam de volta, no âmbito da política interna, o desenvolvimentismo e as metas de integração nacional e promoção social, enquanto que, na política externa, retomava-se o fio do nacionalismo terceiro-mundista. Para explicar o que iria se passar é preciso levar em conta — além das frustrações continuadas — as esperanças despertadas e a autoconfiança ressurgida.

Daí vinha o ânimo que organiza a Frente Ampla. Em seu programa, a Frente reclamava, entre outros objetivos a serem perseguidos, a retomada do desenvolvimento econômico, a preservação da soberania nacional e a restauração do poder civil. Três dias após a posse do novo presidente, Lacerda reconhecia que as diretrizes traçadas pelos ministros do Planejamento e do Interior eram de fato as mais apropriadas para o país. Logo depois, Kubitschek diria outro tanto. Tendo voltado ao Brasil na leva de exilados que

regressavam sob as garantias dadas pelo próprio presidente da República, Kubitschek não escondia sua confiança no restabelecimento das liberdades democráticas, nem sua simpatia pela política externa anunciada pelo governo. Antes que o mês de março chega-se! ao fim, a ala esquerda do MDB abandona a ideia de criar uma Frente Popular e começa a negociar sua adesão à Frente liderada por Lacerda: a tese de não combater o governo Costa e Silva figurava entre os pontos em tomo dos quais havia acordo. No começo, portanto, predominava a paz.

A trégua só seria rompida mais adiante, em fins de agosto. Lacerda, que mobilizara a direita para impor a sua candidatura contra a vontade de Castello Branco, iria agora mobilizar a esquerda para disputar com a direita a sucessão de Costa e Silva. Em passos rápidos, as posições foram se radicalizando. Por parte da Frente, a tendência contestatória se manifestaria no pacto de Montevideu (incorporação de Goulart e dos petebistas — setembro), na aproximação com Jânio Quadros e Leonel Brizola, nas posições assumidas pelos chamados parlamentares ideológicos, que desistiram da luta dentro do MDB para se engajar nas atividades da Frente. Por parte das forças situacionistas vão crescendo os protestos da direita. Dentro em pouco a Frente seria classificada de "movimento destinado a reconstituir a situação anterior à revolução de 64", nas palavras do ministro Albuquerque Lima.

Alguns pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a relativa liberdade com que se desdobra, por mais

de um ano, a articulação frentista. A Portaria que acaba proibindo suas atividades é de abril de 68, o que significa que só foi baixada depois que as pressões exercidas pela Frente se conjugaram com a irrupção do movimento estudantil. Em segundo lugar, não se pode esquecer que a Frente consistia na busca de uma alternativa política construída por fora da ordem legal e do quadro constitucional vigentes: por um lado, ela ignora a proscrição das lideranças afastadas pela revolução; por outro, ela ultrapassa as instituições representativas, dando as costas para o Congresso e, especialmente, para o MDB, vale dizer, para a organização política constituída como partido da oposição (pejorativamente qualificado de "oposição consentida"). Finalmente, o comportamento do MDB introduzia um fator sutil na marcha do processo histórico: tal como acontecera antes e iria se repetir depois, as forças oposicionistas mais agressivas avançaram sem arrastar consigo o resto da oposição; ao mesmo tempo, porém — e aqui está a sutileza — contaram com a sua simpatia ou, pelo menos, com a sua complacência. Embora os emedebistas temessem a reação militar que as atividades da Frente poderiam suscitar, a opção oficial do partido (21 de setembro) foi a de não se indispor com os parlamentares frentistas e com as parcelas radicalizadas da opinião pública.

A existência e o desenvolvimento da Frente contribuíram para aguçar a combatividade do movimento estudantil que já optara, com a campanha do voto nulo em 66, pelos métodos não-convencionais de luta política. Mas a fagulha que ateou fogo à floresta ressequida

por tantos anos de exclusão foi a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 68, no Rio de Janeiro, num choque entre a Polícia Militar e estudantes que simplesmente reivindicavam a melhoria de um restaurante. A partir daí deflagra-se a crise que irá culminar com a edição do AI-5, em 13 de dezembro.

Não é possível relatar em poucas palavras a variedade, a quantidade e a intensidade das lutas travadas durante aqueles nove meses nos principais centros urbanos do país. Os estudantes (universitários e secundaristas) constituíram sem dúvida a vanguarda do movimento de contestação que se manifestou na forma de greves (localizadas e nacionais), comícios (organizados ou relâmpagos), passeatas (isoladas ou apoiadas pela população), choques violentos com as forças repressivas (em conflitos de rua ou invasões de escolas). A simpatia da população, o apoio da Igreja, da intelectualidade e do MDB, a influência da rebelião de maio na França, a revolta gerada pela truculência das ações policiais, tudo contribuía para que a agitação estudantil batesse às portas do mundo do trabalho. Em 22 de abril eclodiria em Minas a primeira greve operária de grande vulto desde 64, com a paralisação de cerca de sete mil trabalhadores. Em meados de julho, seria a vez de São Paulo parar, com a famosa greve de Osasco. Em setembro, houve novas ameaças de greve em Minas, seguidas de outras, no Rio, por parte dos bancários. No mesmo mês de setembro, os ministros militares representam junto ao presidente da República contra os discursos pronunciados pelo deputado Márcio Moreira Alves, considerados

ofensivos à honra das Forças Armadas. Antes e depois, sucederam-se as manifestações de temor por parte das lideranças empresariais, assim como os estados de prontidão da tropa e as reuniões de emergência do Alto Comando e do Conselho de Segurança Nacional. Em novembro, o arcebispo de Olinda, D. Helder Câmara, lança no Nordeste o movimento "Ação, Justiça e Paz", organizado para lutar contra as estruturas arcaicas entre as quais se incluíam a educacional e a trabalhista (que estavam na ordem do dia) e se acrescentava, como novidade, a agrária. Bombas de verdade, mas isoladas e esparsas, já haviam explodido em vários pontos do país. Agora, porém, no dia 10 de novembro, a imprensa noticiava que o dissidente comunista, Carlos Marighela, tinha sido apontado como chefe do grupo responsável por vários assaltos a bancos. Um mês depois a Câmara dos Deputados montava uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar atos terroristas em todo o país.

Nesse clima é que se chegou à etapa final do caso Marcio Moreira Alves. Em novembro nove representantes da Arena tiveram de ser substituídos a fim de que a autorização para processar o deputado pudesse passar na Comissão de Justiça. A rebeldia instalara-se também no Congresso e no partido do governo. A 13 de dezembro o Executivo foi derrotado em plenário pela diferença de 75 votos. No fim do dia estava suspensa a Constituição de 67 e editado o AI-5.

Abria-se, assim, a nova conjuntura que seria presidida pela luta armada. A guerrilha, no entanto, não fora descoberta no ano de 69.

Desde o princípio da década de 60 a ideia de reproduzir a Revolução Cubana havia conquistado adeptos por toda a América Latina. Uma vez instalada, porém, ela seguiria em cada país um trajeto próprio, condicionado pelos processos políticos nacionais (na Venezuela, a guerrilha eclodiria quase que de imediato; na Argentina, seria um fenômeno dos anos 70). Assim sendo, a chave para entender o momentâneo êxito da proposta de luta armada no Brasil não deve ser buscada nos seus méritos próprios — que eram parcos, aliás — mas na crise do movimento progressista derrotado em 64.

De fato, o golpe determinou a débâcle das direções políticas tradicionais (do PCB e do PTB), cuja ascendência sobre o movimento de massas e as organizações da sociedade civil entrou em franco declínio ao mesmo tempo que a crítica ao populismo se difundia e se enraizava. Denunciava-se não tanto a ocorrência do golpe, mas a desmoralizante ausência de resistência, o grau extremo de fragilidade a que se haviam condenado as forças que se julgavam a um passo da conquista definitiva do poder e que, no entanto, foram colhidas de surpresa por um golpe, além de tudo perfeitamente previsível, capaz de em poucas horas jogar por terra o decantado "dispositivo militar" de Jango e a grande aliança progressista que excluía apenas a pequena minoria formada por latifundiários e testas-de-ferro do imperialismo. A fortaleza ruína ao primeiro sopro porque fora construída sobre ilusões de classe.

Seja como for, as lideranças tradicionais perderam o pé. Sem mártires sem heróis, sem vínculos orgânicos com a sociedade, não

tinham meios sequer de se fazerem ouvidos. A descontinuidade se impôs. A crítica assumiu o lugar da autocrítica e passou a comandar o debate, retirando de seu repertório os critérios a partir dos quais distribuiu as responsabilidades pela derrota, formulou as denúncias (contra o reformismo, contra o reboquismo, contra o cupulismo) e apontou os novos objetivos e métodos a serem adotados.

É um equívoco supor que a luta armada foi suscitada pelo AI-5, como simples reação a uma ação. Bem antes do AI-5, a repulsa frontal à ordem de coisas vigente já tinha se difundido nos círculos oposicionistas de esquerda. Quanto mais a passagem dos anos foi patenteando a persistência da intervenção militar, tanto mais a ideia de contestação se tornava a única a fazer sentido. A memória oposicionista recordava apenas os picos autoritários da história recente, enquanto que, por sua vez, a direita ressaltava a continuidade da Revolução "que não era, mas é e será". O quadro resultante sublinhava a permanência no poder de uma coalizão reacionária, simbolizada pelo governo militar que, tendo entrado e ficado pela força, só sairia pela força, independentemente do regime. Tal representação só desmoronaria a posteriori, mediante a prova da formidável desproporção existente entre as forças confrontadas.

Até lá — e especialmente a partir de 67, quando a crise da sucessão e a posse de um novo general confirmam a imagem da usurpação que se auto-eterniza — a ideia de contestação tende a se tornar a principal fonte de sentido, de esperança e de mobilização. De fato, era dela que provinha o tipo de repúdio que se manifestava nas

artes, nos palcos e nos festivais, assim como a extravasante insubordinação que aparecia nas ruas, nas escolas e nas greves. A ideia revolucionária estava presente em quase todas as lutas e, acima de tudo, impulsionava a atuação do movimento estudantil como destacamento avançado do protesto das classes médias. As escaramuças com a polícia não se limitavam em si mesmas: significavam um prelúdio, um primeiro exercício da violência justa que, já contando com as bênçãos da Igreja e os auspícios da intelectualidade, haveria de comover a classe operária e derrotaria, em breve, a violência injusta. Esse era o mote glosado nas assembléias estudantis e nos congressos da UNE. Essa era a novidade que dava o tom e o ritmo característico dos comícios da época: "Eles podem fazer 1, 2, 3, 4 Congressos de araque; podem botar 1, 2, 3, 4 governadores fantoches; podem criar 1, 2, 3, 4 Exércitos de esbirros. Nós vamos derrubar 1, 2, 3, 4 Congressos de araque; vamos derrubar 1, 2, 3,4" e assim por diante. A redundância afirmava a disposição de lutar até o fim, demolindo o que aparecesse, fosse o que fosse. Mais do que isso, cuidava-se evidentemente de canalizar o caudal de protesto para as organizações que se lançariam mais adiante ao confronto militar.

De fato, a perspectiva de luta armada era um elemento integrante dos movimentos de massa daquele período. Era de conhecimento geral que as vanguardas já haviam feito sua opção. Num manifesto curiosamente publicado por um órgão da grande imprensa — o Jornal do Brasil — Carlos Marighela preconizava a guerrilha como a única iniciativa válida naquela conjuntura. O

objetivo imediato seria o de transformar a crise política reinante em conflito militar generalizado, ou seja, em guerra civil. Graças às ações a serem empreendidas pelos guerrilheiros, dizia Marighela, "o poder se verá forçado a transformar a situação política do país em situação militar. Isso descontentará as massas que, a partir de então, se revoltarão contra a polícia e o exército (...) Os lares serão violados, inocentes serão presos, as vias de comunicação serão fechadas. O terror policial se instalará e (...) dessa forma, os guerrilheiros obterão o apoio das massas e destituirão a ditadura"<sup>15</sup> A data da publicação — setembro de 68 — é tão significativa quanto o seu conteúdo.

Não havia dúvida (nem na oposição, nem no governo) de que a perspectiva de luta armada estava presente. Em grande medida, isso é o que explica a diferença flagrante entre o comportamento oposicionista de então e o de agora. Comparativamente, vemos que hoje a oposição é bastante bem-comportada: contida, no que diz e no que faz, ela avança nos espaços deixados abertos pelo poder, procurando expandi-los apenas incrementalmente. "Ocupar os espaços", "forçar os limites do possível", assim se expressa a sua sabedoria. Em 67-68, ao contrário, valorizava-se o exercício da insurgência, a invasão dos espaços vedados, a ação que ignorava limites.

O AI-5 não visou a luta armada em particular. Mais do que tudo, o que atemorizava o governo era a desestabilização, a

---

15 Jornal do Brasil.

incapacidade de se manter face ao alastramento do clima de sublevação. Em fins de 68 não se tratava ainda de abater um inimigo preciso, bem identificado, que desafia o poder nos seus próprios termos, isto é, no plano político-militar. O escopo do cometimento governamental era mais amplo: tratava-se de debelar a contestação difusa, domesticar vastos setores da sociedade, neutralizar áreas nevrálgicas da opinião pública. Com o AI-5, instaurou-se o controle absoluto.

O regime mudara de novo e, desta vez, para bastante pior. Passara a ser o que nunca dantes havia sido. As oposições, que tanto tinham falado de ditadura, viam-se agora diante de uma Ditadura com "D" maiúsculo. Para começar, o novo instrumento de poder por meio do qual se institucionalizava O arbítrio não tinha data prefixada para deixar de existir. Simplesmente abolia, por prazo indeterminado, os limites constitucionais antepostos à ação governamental. Dali para diante, o presidente passava a ter à sua disposição um formidável arsenal de poderes excepcionais, ficando autorizado a: 1) decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2) decretar intervenções em estados e municípios; 3) cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; 4) remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 5) decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; 6) decretar o confisco de bens; 7) suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação; 8) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões

públicas.

A repressão abateu-se sobre o país, atingindo pessoas e instituições. O Congresso foi posto em recesso. Quatro senadores e noventa e cinco deputados tiveram seus mandatos cassados. O MDB perdeu 40 por cento de seus parlamentares. Cinco juízes do Supremo Tribunal Federal e um do Supremo Tribunal Militar foram aposentados. Cerca de quinhentas pessoas que ocupavam posições de relevo na vida social do país (professores universitários, jornalistas, militares, diplomatas) perderam seus direitos políticos, bem como aquelas posições que lhes permitiam influir na formação da opinião pública. Os delegados da censura instalaram-se nas redações dos jornais, nas emissoras de rádio e televisão, nas casas de espetáculo. As forças policiais e os serviços secretos passaram a atuar de forma desabrida e totalmente irresponsável, violando a privacidade dos lares, da correspondência e das comunicações, cerceando discricionariamente o exercício de todas as liberdades públicas. As detenções assumiram o caráter de seqüestros e se multiplicaram em ondas sucessivas. Todo cidadão, independentemente de classe, raça ou credo, tornara-se em princípio suspeito da prática de delitos contra a segurança nacional. A repressão abolira tudo, inclusive as discriminações sócio-culturais.

Conseqüentemente, 69 e 70 foram anos em que a luta oposicionista se reduziu à faixa extremamente exígua ocupada pelas ações guerrilheiras e as atividades complementares de apoio logístico, advocacia penal, denúncias no exterior e assistência às

famílias. *Pari passu*, prosseguia o processo de aprofundamento do autoritarismo. O AI-5 assinalara apenas o começo da mudança do regime. À medida que se verificava a escalada da violência — com a multiplicação dos focos guerrilheiros, dos seqüestros de diplomatas, dos assaltos a bancos e dos choques com guarnições militares — novos instrumentos foram sendo criados para aumentar ainda mais o conjunto de poderes autocráticos do governo mil.

Em fevereiro de 69 foi editado o AI-6, que atingia diretamente o Poder Judiciário, alterando a composição do Supremo Tribunal Federal e retirando-lhe a competência para julgar, em grau de recurso, as decisões proferidas pela Justiça Militar no julgamento de civis. Ainda em fevereiro, o AI-7 suspende a realização das eleições parciais para cargos executivos e legislativos. Em maio, o AI-10 estabelece penalidades acessórias para os atingidos pelos Atos Institucionais, em acréscimo às sanções determinadas por aqueles Atos. Em agosto, o AI-11 prorroga o mandato de prefeitos e vereadores ao mesmo tempo que, com base no AI-12, a Junta Militar autodesignada afasta o substituto constitucional do presidente da República e assume o poder por conta própria. Em setembro, a Junta baixa o AI-13 e o AI-14: o primeiro autoriza o banimento de qualquer cidadão brasileiro considerado nocivo à segurança nacional; o segundo introduz a pena de morte. Em outubro, o AI-17 faculta a transferência para a reserva de militares que viessem a atentar contra a coesão das Forças Armadas. Visava-se com isso coibir os oficiais descontentes que porventura opusessem resistência ao endurecimento

do regime e, em especial, tratava-se de desarticular o "partido fardado" (a direita nacionalista liderada por Albuquerque Lima), cujas pretensões à hegemonia tinham então — atingido o auge.

A lista dos instrumentos de exceção criados no período inclui ainda cerca de cem Atos Complementares, editados para fins de execução dos Atos Institucionais. Ademais, cumpre recordar que a peculiaridade dos Atos consistia em que as medidas tomadas com base nos seus dispositivos, bem como os efeitos gerados por tais medidas, ficavam excluídos de apreciação judicial.

O fortalecimento autocrático do Estado prosseguiu com a Emenda Constitucional n. 1, de outubro de 69, impropriamente chamada de Constituição de 69. Essa emenda foi promulgada pela Junta Militar durante o recesso do Congresso. Ela acentua ainda mais a preocupação com a defesa do Estado que a Carta de 67 havia introduzido e o desenvolvimento da luta armada estava justificando. A tendência que assim se reforçava fazia com que "o princípio de segurança nacional se tornasse verdadeira norma fundamental do sistema constitucional vigente, espécie de princípio de necessidade, sobre pairando sobre a eficácia de quase todas as normas constitucionais". Observe-se, além disso, que o conceito de segurança nacional, em nome do qual a nova Carta estabelecia inúmeras disposições restritivas (como a perda da imunidade parlamentar), não é definido no texto da Constituição.

O avanço da prepotência não parou aí. Em janeiro de 69 foi baixado o Decreto-Lei n° 9471 que punia com rigorosas penalidades,

aplicada sumariamente, os professores, alunos e funcionários de qualquer estabelecimento de ensino que viessem a participar de atividades tidas arbitrariamente pelo governo como atentatórias à ordem pública. Em setembro, a Junta promulgou uma nova Lei de Segurança Nacional sob a forma do Decreto-Lei 898, que duplicava o número de artigos constantes na legislação anterior. Entre os novos dispositivos introduzidos, destacavam-se os que tinham por objetivo combater a luta armada: seqüestros, assassinatos políticos, assaltos a instituições financeiras e atos de terrorismo em geral. Outra contribuição da nova lei foi o agravamento das penas privativas da liberdade.

Em outubro foram editados mais dois decretos referentes à luta armada e um terceiro que tomava passíveis de expulsão os estrangeiros considerados perigosos. Como se o resto fosse pouco, foi explicitamente abolido, com a legalização dos decretos secretos em novembro de 71, o princípio da publicidade dos atos normativos realizados pelo governo.

Todavia, a análise da dimensão jurídico-institucional não consegue captar a realidade do autocratismo em toda a sua brutalidade. Para completar o quadro seria necessário examinar, com riqueza de detalhes, tudo que se passou no campo efetivo das práticas repressivas. Aí, sim, é que se pode ver até que ponto os órgãos de segurança constituíram-se como uma verdadeira "força autônoma", situada acima da própria ordem autoritária e poderosa o suficiente para perseguir, seqüestrar, torturar e assassinar sem ter de prestar

contas de seus atos a ninguém.

Por outro lado, a história do período demonstrou que nada podia ser mais infundado do que o prognóstico feito por Marighela (e tantos outros) em 1967. Com o aumento da repressão, as massas não aderiram à sublevação armada. Em lugar de dar corpo aos arroubos do subjetivismo revolucionário, a população se amedrontou e se afastou da vida pública. Com o "milagre econômico" correndo em paralelo às atividades revolucionárias, o presidente Médici chegou a alcançar elevado índice de popularidade e o partido do governo — a reacionária e fisiológica ARENA saiu-se sobejamente vitorioso nas eleições gerais de 1970.

Com a posse de Médici completa-se o processo de rearticulação interna da coalizão dominante, processo que se iniciara em fins de 65 com a edição do AI-2. Referido a esse fato, surge em 69 o termo "sistema", até então inusitado no vocabulário político corrente. A introdução daquela novidade terminológica correspondia à necessidade de designar uma realidade que, tendo acabado de emergir, ainda não tinha um nome. O novo pacto — ou, mais precisamente, a nova estrutura de poder que estabelecia as relações entre os setores componentes da coalizão dominante passou a ser chamado de "o sistema". O esquema hierárquico implantado em 64 foi derrubado e substituído por uma divisão horizontal e (até certo ponto) funcional do poder. A nova estrutura desmonopolizava a função de direção política, entregando-a a uma espécie de colegiado. A Junta, cuja presidência era exercida por rodízio entre os três



ministros militares, foi a primeira materialização desse novo acordo.

A evolução que produziu o "sistema" não se processou de modo linear. Antes de ter sido alcançado o ponto de equilíbrio (coroadado com a solução Médici) verificou-se a turbulenta irrupção dos "jovens turcos" da direita nacionalista. Conforme foi observado por Oliveiros Ferreira, a morte de Costa e Silva em simultaneidade com a intensificação da luta armada "foi a grande oportunidade estratégica aproveitada pelos ministros militares para restabelecer seu controle sobre a tropa e impedir o triunfo do 'partido fardado'". Como a posse de Costa e Silva tinha sepultado as pretensões da Sorbonne, os nacionalistas de direita, conhecendo a congênita inaptidão da linha dura para o exercício do governo propriamente dito, superestimaram suas próprias chances e passaram a disputar o comando supremo da coalizão que então dividiam com os burocratas e os duros. O impedimento e a morte do presidente colocaram ao alcance de suas mãos o troféu que seria agarrado não fosse a pronta intervenção da Junta.

Falando em nome da coesão das Forças Armadas e atuando energicamente, a Junta conteve o movimento ascensional dos "jovens turcos" e acabou encontrando no apartidarismo de Mediei a fórmula adequada para selar um novo arranjo que a todos contentasse. O acordo final, presidido por Médici, concederia aos principais atores um espaço proporcional ao peso específico de cada qual. Ao mesmo tempo negaria a cada um em particular o direito de supremacia sobre os demais.

O "sistema" representa, em suma, a conciliação finalmente lograda entre os interesses dominantes. O novo termo destacava justamente a ideia de unidade entre elementos distintos, mas não em luta; partes diferenciadas de um mesmo todo, recompensadas de modo a funcionar em mútua colaboração. O advento do "sistema" refazia a coesão das forças situacionistas e consagrava a predominância da solidariedade sobre os conflitos intestinos, lesivos à preservação do bloco no poder. Em termos sócio-econômicos, o "sistema" significava garantia de inserção no Estado para todas as frações das classes dominantes, fosse qual fosse, positiva ou negativa, sua contribuição para o processo de desenvolvimento nacional. O compromisso não excluía ninguém: ia do latifúndio às multinacionais, passando por todas as modalidades de exploração do homem pelo homem, desde as mais modernas até às mais retrógradas, incluindo as que são contrárias aos interesses da produção. O custo seria pago mediante o arrocho salarial, garantido pelo sindicalismo corporativista, a inflação e o endividamento interno e externo.

Do ponto de vista orgânico, o "sistema" comportava uma funda diferenciação estrutural, em termos da qual definia-se uma nítida divisão de tarefas: de um lado, o aparelho administrativo do Estado, encarregado da formulação e da gestão das políticas econômica e social, que era unificado, pela cúpula, por um órgão colegiado — o CMN, Conselho Monetário Nacional — sob o comando do todopoderoso czar da economia, o ministro da Fazenda Delfin Netto. Esse

organismo constituía o locus privilegiado de barganha e negociação, onde as demandas das diversas frações do capital eram filtradas, hierarquizadas e diferencialmente contempladas pela política estatal.<sup>16</sup> De outro lado, os temas políticos, afetos à área de segurança nacional, eram processados em agências específicas, no interior de uma rede que tinha como pontos focais o SNI — Serviço Nacional de Informações — e o Conselho de Segurança Nacional, ambas instâncias integralmente militarizadas. A mediação entre esses dois segmentos do aparelho de Estado parece ter sido efetuada pela chefia da Casa Civil, na pessoa do ministro Leitão de Abreu, que se desincumbia também do trato com o "pessoal político do regime" — os quadros do partido oficial, a ARENA — e dos governos estaduais.

Surgindo, em outubro de 69, como solução intermediária para a crise militar mais grave jamais conhecida pelo regime, já em meados do ano seguinte o governo Médici havia vencido as últimas resistências internas, havia cimentado as suas bases de apoio e começava a colher os dividendos políticos dos repetidos sucessos que, a partir de então, passaram a se acumular.

Tendo por base as reformas institucionais realizadas pelos governos Castello e Costa e Silva, beneficiada pelas condições excepcionalmente favoráveis do mercado mundial, a economia

---

16 Cf. Celso Lafer, *O Sistema Político Brasileiro*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1975; Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, *A Administração do "Milagre"*; *O Conselho Monetário Nacional - 1964/1974*, tese de Mestrado defendida no IUPERJ, 1982.

brasileira segue em sua inflexão ascendente, expandindo-se a taxas espetaculares: 8,8% em 1970; 13,3% em 1971; 11,7% em 1972; 14% em 1973. Na cadência vertiginosa das cifras, um clima de incontida euforia toma conta do país oficial e o regime chega a acalantar o sonho de se legitimar com base na excelência de seu desempenho nos números indicativos de seus reiterados sucessos. Nessa época de quase total recesso político as seções econômicas dos grandes jornais ganham em espaço e densidade. Durante alguns anos, o índice de crescimento do PIB é elevado à condição de tema palpitante, ocupando manchetes e dividindo com o noticiário esportivo o apelo à atenção do público em geral. O Brasil, que numa explosão de alegria havia conquistado o título de tricampeão mundial de futebol na Copa do México, estava ganhando igualmente o troféu do desenvolvimento. "São 90 milhões em ação, pra frente Brasil, salve a seleção..." — essa marchinha, de autores anódinos, fora transformada no hino oficial do Brasil de Médici, e ao assumir essa nova qualidade, o significado de sua letra sofria uma mudança sutil, e a seleção éramos todos nós, 90 milhões, homens e mulheres, trabalhando em comum na construção do futuro em que o Brasil realizaria enfim o seu destino de grandeza e glória.

1970-73: inspirada nos princípios da guerra psicossocial, a propaganda do governo, difundida nacionalmente pela AERP — Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República — bombardeava permanentemente a população com a mística do "Brasil Grande", com as evidências dos progressos

alcançados e o apelo agressivo dos projetos impacto, procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais (PASEP, PRORURAL, FUNRURAL, PROTERRA) e da grandiosidade de alguns empreendimentos, dos quais o da Transamazônica provavelmente terá sido o mais desastrado.

Um país forte, dinâmico, seguro, em paz consigo mesmo. Essa a fachada que o regime procurava exibir, sobretudo para efeito de consumo interno. No exterior, ao mesmo tempo que combatia as sucessivas "campanhas de difamação levadas a efeito pela subversão internacional", avançava argumentos de outra natureza, incomparavelmente mais sólidos, mais persuasivos: "a ordem interna está garantida e melhores condições de lucratividade não há".

Sob a capa da ordem, protegida da curiosidade pública pelos rigores de uma censura estúpida, mas onipresente, lavrava a guerra suja contra os grupos de esquerda que haviam optado pela luta armada; estava a tortura, erigida, então, em uma prática institucional a qual se repudiava publicamente mas se aceitava de fato, em nome dos imperativos maiores da Razão de Estado; multiplicavam-se os assassinatos (morte "por atropelamento", "em combate", "em tentativa de fuga", na linguagem torta dos comunicados oficiais), bem como os seqüestros, que atingiam igualmente os militantes da referida esquerda e figuras da oposição legal ou semilegal; desenvolvia-se um exercício sistemático de intimidação, que recorria a métodos policiais (detenção, interrogatório, seguidos de ameaças, na ausência de qualquer acusação específica), administrativos

(exigência de atestados de bons antecedentes políticos para a obtenção de documentos, para acesso a cargos públicos etc.), econômicos (pressões sobre o empregador para que demitisse o funcionário com "ficha suja") e se estendia, no plano simbólico, ao terrorismo branco de oficiais paranóicos que enchiam as páginas dos mais importantes jornais do país com proclamações fantásticas onde a "liberdade sexual", o consumo de drogas e as opiniões políticas menos ortodoxas se fundiam como facetas da estratégia bolchevista para destruir a família, a harmonia social e a paz política. Subjacente à ordem, imperava o medo.

Nunca, como nesses anos, o país esteve tão próximo da imagem ideal que dele fazia a extrema-direita. Próximo, dissemos, e é importante sublinhar este adjetivo. Porque, mesmo então, não se chegou no Brasil a instaurar uma ordem política acabadamente autoritária, dotada de instituições e de um corpo doutrinário coerentes, que dessem suporte à sua ambição de projetar-se indefinidamente no tempo. Apesar das limitações incríveis a que esteve sujeito, não obstante a coação sistemática, as ameaças, o controle cerrado sobre suas atividades, o Congresso estava em funcionamento desde outubro de 1969, quando foi reaberto depois de um recesso que se prolongou por dez meses. Poucado, também, foi o "partido da oposição": embora severamente desfalcado pelos sucessivos expurgos, quase esmagado pelas restrições impostas pela censura e todo o peso da máquina publicitária do governo, o MDB sobreviveu às propostas de auto dissolução que intermitentemente

brotavam em seu solo e, sob a impulsão de seus setores mais avançados, pouco a pouco foi definindo uma fisionomia própria e ganhando alguma credibilidade.

”Reitero que todo o brasileiro tem direito de fazer oposição ao Governo, considero imprescindível ao bom funcionamento do regime a existência de opositores. Por isso mesmo não serei hostil aos que de mim discordarem. No meu Governo não haverá coação por motivos puramente políticos.” Assim falava Médici ao dirigir sua mensagem à nação, no início de 1970. Antes disso, ao tomar posse como presidente, ele prometera deixar, ao término de seu mandato, "definitivamente instaurada a democracia em nosso país". Sabemos que essas palavras perderam-se no ar, mas nem por isso devemos menosprezá-las. Com efeito, elas se adicionam como uma evidência a mais da tensão interna que permeia todo o período e que se expressa na disjuntiva: buscar a "normalidade política" mediante a recomposição da ordem constitucional fraturada em 68 ou na tentativa de fundar em princípios outros que não os da legitimidade liberal a arquitetura de um Estado renovado.

Mantido o quadro de indefinição, para muitos uma coisa pareci, certa: a situação. vigente, em que a "ordem institucional" sobrepuja-se à "ordem constitucional" numa convivência precária e embaraçosa, essa situação era menos do que satisfatória. Por um lado, ela contaminava o processo político com um grau Pouco. tranqüilizador de imprevisibilidade por outro., deixava pendente uma série de problemas, dentre os quais o da sucessão era o mais

angustiante, como a memória dos acontecimento: de agosto-outubro de 69 — a crise deflagrada pela doença e inabilitação de Costa e Silva — claramente indicava. Assim, não admira o fato de que cedo se tenham feito ouvir, nos meios governistas, vozes advertindo sobre a necessidade de dar tratamento adequado à questão político institucional Milton Campos, Herbert Levy, Petrônio. Portella, Magalhães Pinto, entre outros, manifestaram-se nesse sentido ao longo dos anos 70 e 71, em alguma medida fazendo coro com os parlamentares do MDB que não cansavam de bater nessa mesma tecla.

De fato., juntamente com o. tema da distribuição de renda, guindado (ao primeiro plano das atenções pela divulgação dos resultados do censo (de 70, a questão do "modelo político" comparece como um dos ponto permanentes na agenda do debate público. que se trava no período Médici recebendo estímulos que pro.vinham dos setores "liberais" da vida: nacional, da Igreja, da grande imprensa, da judicatura, da intelectualidade ele solicita a atenção. do.s político.s e chega a alcançar os círculos militares — em 1971, ao assumir o comando da ESG, o. general Rodrigo Octavio Jordão Ramos pronuncia-se a favor da normalização institucional e trado problema à consideração da Escola. No entanto, é a partir de 1972, no compasso das articulações que preparavam a sucessão de Médici e da especulações por elas geradas, que a discussão. em torno das medida requeridas para a plena configuração do "modelo político" ganha maio intensidade, passando. a ser assumida quase que

ostensivamente aparelho governamental.

É desta época o comentário que transcrevemos a seguir, pelo que ele tem de ilustrativo daquela atmosfera. "No seio do governo, o tema descompressão continua a ser estudado, ainda que sem perspectiva de ser aplicado imediatamente. Recentemente um trabalho do professor Manoel Ferreira, ex-secretário do Ministério da Justiça, tentou penetrar no segredo da esfinge: deveria o AI-5 ser revogado. Gradual ou inteiramente? (...) Tudo leva a crer que persiste dentro do governo uma orientação antigradualista, prevalecendo o pensamento de que quando o AI-5 for objeto de revogação, isso virá como uma decisão abrangente todo o seu texto, e não apenas uma de suas partes. O bom entendedor poderá deduzir que o AI-5 ficará em vigor até 1974, pelo menos. (grife nossos)<sup>17</sup> Com a perspectiva temporal que a história concede, o que ressalta nessa análise não é tanto a exatidão de seu balanço, mas o otimismo disfarçado de seu prognóstico — "até 74 conviveremos com o Ato". E essa não era uma opinião isolada: levantamento realizado na ocasião<sup>18</sup> constata nitidamente a expectativa generalizada de que as mudanças liberalizantes viriam com o novo governo, o otimismo sendo maior entre jornalistas, que, dessa forma, se destacavam da visão algo mais sombria dos "cientistas políticos" e/ou sociólogos.

Em junho de 1973, Médici anuncia o nome do general Ernesto

---

17 "Tudo igual até 1974?", Revista Vislfo, 15.1.1973.

18 Wanderley G. dos Santos e Isabel R. O. Gomes de Souza, Abertura Política: antecipações e estimativas, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1973.

Geisel como futuro presidente do país, pondo fim, oficialmente, ao processo sucessório mais fechado e aparentemente menos traumático dos quatro ocorridos na história do regime. Nesta condição, mas ainda vestido na fantasia de candidato da ARENA, este mantém-se em silêncio, deixando livre o espaço para que se especulasse à vontade sobre as diretrizes que imprimiria a seu governo. Dois temas apareciam, então, como objetos recorrentes de preocupação nos comentários: a continuidade da política econômica e as perspectivas de mudanças institucionais. Somente a partir de janeiro, depois de ter a sua indicação homologada pelo Congresso, Geisel toma públicos os nomes dos principais integrantes de sua equipe e começa a estabelecer contato com figuras representativas da vida nacional, externando suas intenções e cuidando de costurar o suporte político para o seu governo. Durante dois meses, informações sobre o conteúdo dessas gestões foram sendo filtradas e, embora parcas, o resultado do exame exaustivo e por vezes bizantino a que eram submetidas na imprensa e na intimidade dos gabinetes parecia encorajador: o momento da distensão finalmente havia chegado. Assim, ao pronunciar o longo discurso programático na abertura da primeira reunião de seu Ministério, quando Geisel fere a problemática do regime, apelando à "imaginação política criadora" para que venham a ser superados os instrumentos de exceção em vigor, suas palavras soam como a comprovação esperada do acerto de um juízo previamente formulado.

Esse discurso, de 19.3.74, é extremamente significativo,

porque num único parágrafo condensa os elementos centrais do dispositivo estratégico que iria balizar toda a atuação do governo Geisel na área política. Com efeito, lá está claramente afirmada a norma da máxima prudência, o gradualismo que caracteriza o seu projeto: prefiro ver os instrumentos excepcionais "não tanto em exercício duradouro, ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica". Ao contrário do que se chegou a imaginar, o AI-5 e todo o cortejo da legislação excepcional não seriam pura e simplesmente suprimidos. Eles perderiam sua vigência na prática, desfaleceriam, aos poucos, pelo desuso, mas continuariam presentes como reserva de poder ilimitado a ser ativado, sem que daí adviessem traumas maiores, sempre que as circunstâncias o aconselhassem. O contraste com o intento de Castello de assegurar a normalidade política pela outorga de uma nova Constituição não poderia ser mais gritante. Com Geisel, as regras formais, as disposições escritas perdem muito de sua aura; na sua gestão, todo privilégio é concedido às normas efetivamente operativas no comportamento político dos atores, que devem aprender a se movimentar num campo onde predomina o tácito, o subentendido, o que está implícito em cada mensagem. De outra parte, à diferença do que se fez no passado, agora não se estipulam metas, nenhum compromisso é estabelecido. Geisel nada promete: a normalidade institucional é uma aspiração do governo, que espera vê-la realizada no futuro. E é tudo. Prazos não são definidos.

Definidos, sim, são os limites da situação almejada: os

instrumentos de exceção permanecem como recursos virtuais "até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional". Em outro sentido, portanto, não se trata exatamente de abolir tais instrumentos. Na hora oportuna eles deverão mudar de forma, dando lugar, no próprio texto da Constituição, a mecanismos passíveis de cumprir, com igual ou maior eficácia, idênticas funções. Não se pensa num retomo ao estado de coisas passado, não se acena com a perspectiva de anistia, eleições diretas, alternância de poder ou qualquer outro item que pudesse indicar a democracia como alvo. A normalização que se pretende é da "ordem revolucionária". Mais do que um programa de transição, o que se esboça nas palavras de Geisel é um projeto de institucionalização do regime autoritário, que prevê medidas liberalizantes, mas apenas na medida em que sirvam a esse propósito.

Mudança de forma. Tal é a intenção declarada. Mas ela não é incondicional: o aperfeiçoamento "não depende tão-somente da vontade do Poder Executivo federal, pois reclama, em larga medida, colaboração mais sincera e efetiva dos outros poderes da nação "... e dependerá necessariamente de que o espírito de contestação de minorias trôpegas ou transviadas... acabe por exaurir-se ante o repúdio geral". A liberalização não se coloca como uma iniciativa unilateral do poder, ao contrário, ela é proposta como uma ação transitiva que envolve e deve comprometer, necessariamente, os demais poderes do Estado e as principais forças do campo

oposicionista, o seu sucesso — e mesmo a sua continuidade ficando na dependência de que seja efetivamente batido "o espírito de contestação de minorias trôpegas ou transviadas", vale dizer, que sejam isolados aqueles que ainda insistam em questionar a autoridade constituída.

Se acrescentarmos a referência aos "revolucionários sinceros, mas radicais" — que ficará para mais tarde um pouco — temos aí todos os elementos da assim chamada estratégia da distensão — uma proposta de liberalização gradual e limitada, cujo tempo e direção o próprio governo se encarregaria de fixar.

Excluídos aqueles que se recusaram a admitir a novidade dessa postura e foram, logo a seguir, surpreendidos pela marcha dos acontecimentos, desde então discutiu-se muito sobre a razão de ser desse passo: a decisão de abrir, em algum grau, o regime. Não se deveria perder de vista, entretanto, o contexto mais geral em que essa decisão é tomada. Na verdade, ao que tudo indicava, ele não poderia ser mais favorável.

Na frente interna do regime saía de uma sucessão não contestada, e a polarização de tendências nas Forças Armadas, que em períodos anteriores havia conduzido a crises agudas e ameaçadoras, aparentemente ficara para trás, vencida que fora pela afirmação dos princípios institucionais de hierarquia e autoridade (por paradoxal que possa parecer, é no momento em que a militarização do Estado atinge o ápice que maior é o esforço para despolitizar o Exército).

No que tange à oposição oficial — o MDB — ela acabara de sofrer uma derrota tão pesada nas últimas eleições parlamentares que muitos chegaram a duvidar de sua capacidade de sobreviver ao cerco fechado a ela imposto pelo regime (nessa ocasião, circula mais uma vez no partido a tese da autodissolução). Por outro lado, essa oposição conhecera uma mudança sensível no seu discurso e no estilo de sua atuação: se antes de 68 contestava o regime, fazia tabula rasa de suas interdições, escalava no radicalismo da linguagem, nos anos Médici ela se notabiliza pela moderação, pela sensibilidade apurada na percepção do estado de ânimo mutável das Forças Armadas, pela busca de caminhos a trilhar nas brechas apresentadas nas estruturas e nas práticas do próprio sistema. Tendo anulado o ato reflexo de rejeição, o autoritarismo acabara por moldar uma oposição acorde ao seu feitio. Avara na assunção de riscos, adiando para um futuro longínquo a consecução de objetivos mais ambiciosos, atendo-se à defesa dos direitos humanos, à reivindicação das liberdades formais e da normalização institucional, o MDB chega a ganhar alguns pontos, mas nem de longe poderia ser visto como ameaça à estabilidade da ordem política estabelecida.

Quanto à oposição não institucional, àquele momento as organizações de esquerda que optaram pela luta armada já haviam sido batidas e estavam quase todas desarticuladas, com os seus militantes — os que conseguiram sobreviver — vegetando nos cárceres do regime, no exílio ou amargando no país a triste condição de emigrados internos. A esquerda tradicional — o PCB — tendo

sofrido algumas perdas importantes, estava sob controle e tampouco representava risco mais sério.

No entanto, o elemento fundamental desse contexto era a ausência dos setores populares da cena política. Em dez anos, o capitalismo no Brasil expandiu-se em ritmo acelerado e o fez cortando fundo o tecido social, de uma forma "selvagem". O caráter brutal das transformações vividas nesse período foi solidamente estabelecido através de uma boa quantidade de estudos e análises. No espaço dos últimos cinco anos 1969-1974 — conflitos localizados muito provavelmente multiplicaram-se no campo e na cidade, e apenas o rigor da censura à imprensa logrou impedir que eles se tornassem mais visíveis. Mas a eventual recorrência de tais lutas não era suficiente para alterar aquele quadro: indefesos diante da repressão policial e militar, impedidos de se expressar, os movimentos moleculares que se verificam então terminam encerrados em si mesmos e, bem ou malsucedidos, revelam-se incapazes de se difundir e, muito menos, de se articular.

Havia, certamente, como foco de tensão da Igreja, bem como outras instituições da chamada sociedade civil — a OAB, sobretudo — nos primeiros meses de 1974 esforços conseqüentes foram feitos a fim de neutralizá-las. Por outro lado, no plano econômico, as dificuldades esboçadas no ano anterior começavam a ganhar vulto, mas a sua natureza e o seu significado eram sistematicamente minimizados (somente no final de 1975 a gravidade da situação será reconhecida e se tentará adotar medidas mais conseqüentes para

controlá-la).

Por que a decisão de liberalizar? Dados os termos do debate político nos anos Médici, dadas as condições que acabamos de apontar, caberia perguntar em troca: por que não liberalizar?

Atribui-se ao general Golbery do Couto e Silva a afirmativa de que a distensão teria vindo um pouco tarde, que o momento ideal para iniciá-la teria sido o dos anos de auge, no período Médici. Dada a complexidade de sua trama, é sempre ingrato pensar em termos de se a história. Seja lá como for, nas condições prevalentes em meados da década passada, cedo a estratégia de distensão conduzida pelo governo Geisel começaria a esbarrar em obstáculos imprevistos e em resistências cruzadas que, no final, acabariam por redefinir a sua concepção, ampliando significativamente o escopo das alterações programadas.

Antes de mais nada, houve o impacto atordoante dos resultados eleitorais de novembro de 74. Conjugando uma repressão desenfreada e doses maciças de propaganda, o regime conseguira sufocar toda e qualquer manifestação de descontentamento e impor a imagem oficial de um Brasil harmônico, caminhando a largos passos na estrada da prosperidade. Ao fazê-lo, porém, ele foi vítima de seu sucesso. Não recebendo da sociedade respostas dissonantes que o obrigassem a corrigi-la, ele se deleitou com a versão mentirosa que transmitia e acabou por acreditar nela. "Ninguém, nem mesmo os emedebistas, precisa alimentar receios exagerados: a ARENA vencerá as eleições parlamentares de 15 de novembro por confortável



margem de votos."<sup>19</sup> Esta proposição enfática, que abre uma matéria sobre a campanha eleitoral publicada em periódico de ampla circulação, estabelece o postulado básico sobre o qual repousava o cálculo político do governo.

Certo da vitória, Geisel investiu pesadamente nessas eleições, que deveriam desempenhar um papel crucial na efetivação de seu projeto: confirmado nas urnas o apoio popular à "obra da Revolução", o ano seguinte seria dedicado à tarefa de institucionalização do regime, às esperadas reformas. Mas para que tal acontecesse, essas não poderiam ser eleições como as outras (as de 1970 e 1972), minadas em sua legitimidade pela onipresença da censura e pela violência das medidas de intimidação adotadas para assegurar de antemão os seus resultados. Era necessário que a oposição se envolvesse sem reticências no pleito e, dadas as garantias oferecidas, aceitasse de bom grado as evidências de sua futura derrota. "Dirigentes da ARENA se dispõem a procurar o comando do MDB para discutirem o andamento da campanha eleitoral — no seu entender será a campanha muito mais importante, para o processo de transformação do regime, do que os resultados eleitorais. O raciocínio é simples: a ARENA será, como nas eleições anteriores, o vencedor das eleições. Mesmo que perca 2 ou 3 cadeiras no Senado e outras 10 na Câmara dos Deputados (o que seria uma surpresa), isso não afetaria seu domínio formal e a impotência formal e real da

---

19 "Eleições: a Oposição na hora de falar", Revista Veja, 16.10.1974.

oposição. Daí a tese de que a campanha valerá por si mesma, favorecendo o fortalecimento das condições para que se desenvolva o processo de reconciliação do regime com as normas democráticas."<sup>20</sup>

Entretanto, o esforço de persuasão não poderia se restringir aos círculos oposicionistas: o eleitor, que nas rodadas passadas se havia mantido distante das encenações cuidadosamente montadas e sancionado o seu protesto impotente ou o realismo de seu desinteresse com o voto nulo ou branco, esse eleitor igualmente deveria ser conquistado.

Por ambas as razões, os controles exercidos sobre as mídias são relaxados, a propaganda eleitoral no rádio e na TV ganha em conteúdo e vivacidade e ainda se vê reforçada pela publicidade oficial concitando permanentemente o povo à participação e ao voto. "Em filmes de propaganda intensamente divulgados pela TV, o governo reafirmou ao povo, nos últimos meses, que somos todos responsáveis pela solução dos problemas de educação, de saúde, de transporte, de trânsito, de abastecimento — de todos os problemas, enfim, que afetam o dia-a-dia da vida brasileira e o futuro do país. O objetivo dos anúncios — explícito na mensagem — era a valorização do voto, como instrumento de participação nas decisões que devem moldar nosso futuro... A mensagem é clara — clara e inequívoca — e não faz mais do que repetir e enfatizar a conclamação já tantas vezes lançada pelas principais autoridades nos últimos meses: conclamação

---

20 "Um acordo para o bem da nação", Revista Visão, 5.8.1974.

â inteligência e à vontade de todos os homens socialmente válidos, para que se engajem na construção de um país mais forte, ...etc. etc”<sup>21</sup>.

Que todos votem, participem, tenham oportunidade de formar com independência sua opinião. Essa autoconfiança ilimitada é que faz das eleições de 74 um fenômeno único nesses 18 anos de autoritarismo. Em nenhum momento, antes ou depois, vai verificar-se algo análogo: em 65, as eleições são convocadas em meio a apreensões generalizadas e contra a opinião expressa dos setores militares mais radicais. Em 1970 e 1972 elas significavam muito pouco e foram conduzidas abertamente como uma farsa. Em 76, 78 e, agora, em 82, o elemento surpresa já foi banido, o regime perdeu suas ilusões e manobra muito perto da fraude para evitar embaraços maiores.

Munido de garantias mínimas, vendo abertos à sua mensagem os canais de comunicação com o eleitorado, o MDB faz um esforço de reciclagem e consegue estruturar uma campanha ágil e eficaz, pondo o acento nos temas econômicos e sociais, exaltados na consciência da população pelos números da crise econômica que se agravava. No lapso de alguns meses, acende-se na opinião oposicionista um debate; votar no MDB, ou expressar o repúdio à ditadura anulando o voto. A questão era velha de oito anos, pelo

---

21 "Campanha política: o melhor resultado de 1974", Revista Vilão, 18.11.1974.

menos. Mas agora, as vozes que sustentavam a segunda daquelas alternativas começavam a ficar isoladas.

Setembro... outubro... indicações de que a campanha do MDB crescia passavam a se acumular. "Na última semana — noticiava a revista Veja — o senador Petrônio Portella foi ao Palácio do Planalto anunciar ao presidente que a ARENA não teme nenhuma derrota comprometedora nas eleições de 15 de novembro. Em muitos estados, admite-se que a oposição terá mais votos que nos pleitos anteriores." E agregava o comentário: "É possível acreditar que, além de uma revigorada confiança em sua vitória, os dirigentes arenistas levaram de Brasília a certeza de que a campanha eleitoral não chega a ser uma ameaça à normalidade política".<sup>22</sup>

No início de novembro a inquietação nos círculos oficiais contrasta com o otimismo crescente dos quadros da oposição. Uns e outros, porém, são tomados de surpresa quando os jornais passam a gritar nas primeiras páginas, com manchetes em letras garrafais e textos em negrito, os resultados preliminares do pleito. Confirmados logo a seguir, eles davam ao MDB a vitória, nas eleições majoritárias, em 16 estados. No cômputo geral, a oposição elegia 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados, o que representava um aumento expressivo em sua representação no Congresso Nacional — até então, ela contava apenas com 7 dos 66 senadores e com 87 dos 310 deputados.

---

22 "Eleições - uma ciranda da boa vontade", Revista Veja, 30.10.1974 .

Vencido o clima de perplexidade gerado por esses resultados, a preocupação toma o seu lugar. E agora, o que acontece? Assimilaria o regime uma tão contundente derrota? No início de dezembro, a se fiar na versão das "fontes bem informadas", a resposta era positiva: para os "dirigentes mais responsáveis da ARENA, assim como para o governo, a clara vitória do MDB reflete "uma manifestação popular dos anseios nacionais, que favorece a colaboração não só para evitar que se superponha à crise econômico-financeira a crise política, mas para que ambas as crises se resolvam pacificamente".<sup>23</sup> Coincidentemente, esse mesmo era o significado atribuído ao pleito pela cúpula moderada do MDB; "A oposição repele o negativismo e proclama-se confiante e com disposição construtiva. Assim afirma seu líder no Senado, Amaral Peixoto. É sensível o desejo de entendimento. A perplexidade cede lugar à confiança, sobretudo pela constatação de que a vitória do MDB ocorreu em acentuada convergência com o governo".<sup>24</sup> No final do ano, todos pareciam dispostos a encaminhar-se para uma saída onde prevaleceriam o compromisso e a colaboração. Dois meses depois, no início de fevereiro, já é outra a atmosfera. Abalada pela divulgação em grande estilo dos informes oficiais sobre o desbaratamento de uma ampla rede do Partido Comunista Brasileiro e da existência de elementos comprovando o compromisso de muitos dos candidatos recém-eleitos

---

23 "O Brasil depois das eleições", Revista Vilão, 2.12.1974.

24 Idem.

do MDB com essa organização, a oposição parlamentar vive momentos de aguda tensão, acossada pelos rumores de iminentes cassações. Por algumas semanas a ansiedade persiste. Ela se reduz, à medida que sinais tranquilizadores passam a ser emitidos do governo. Em março, Geisel põe um ponto final nos temores restantes brindando o MDB pela excelência de seu desempenho eleitoral, ao pronunciar na reabertura dos trabalhos do Congresso aquele que foi, provavelmente, o mais liberal de seus discursos como presidente.

No entanto, os problemas continuavam pendentes. A Constituição em vigor previa a realização de eleições diretas para governadores em 1978; tendo em vista a vitória certa da oposição nos principais estados, como seriam elas realizadas? E a continuidade do projeto de distensão? . Com mais de 1/3 na Câmara, o MDB detinha poder de veto na votação de matérias constitucionais; estaria o governo disposto a abrir mão de seu papel de "árbitro exclusivo da oportunidade de cada avanço na evolução do regime" (palavras de Geisel) e negociar o conteúdo e o ritmo do processo, quando essa oposição, forte na arena parlamentar, tinha bases tão frágeis nas relações de poder predominantes no conjunto da sociedade?

O segundo impacto sofrido pelo governo Geisel no encaminhamento de seu projeto político foi ocasionado pela reação articulada da extrema direita militar. Um dos aspectos centrais da estratégia da distensão, apontado insistentemente na época pelos analistas políticos de plantão, era o reforço da autoridade central da Presidência da República e o conseqüente enquadramento dos

organismos de repressão política que no período anterior haviam conquistado um grau de autonomia incompatível com os propósitos anunciados de normalização institucional. Já nos últimos meses de Médici, quando a intenção de levar a cabo mudanças nesse sentido se toma patente, esses organismos se mobilizam na defesa, de suas prerrogativas e imprimem uma alteração significativa no estilo de suas práticas. Datam dessa época — final de 1973 — os desaparecimentos, as sessões de interrogatórios em aparelhos privados, enfim, toda uma série de ações paralelas que se subtraíam aos registros e à memória da burocracia policial militar. Iniciadas em fins de 73, essas ações se intensificam ao longo de 1974 e serão contidas apenas no final do ano seguinte. Por intermédio delas, foram dizimadas dezenas de militantes e quadros dirigentes da oposição clandestina, que passaram a sumir, como que de repente, sem deixar traços.<sup>25</sup>

Desde os primeiros momentos, portanto, a extrema-direita militar confronta o governo Geisel, presenteando-o com a "crise dos desaparecidos" e o desgasta severamente em vista da incapacidade deste de solucioná-la. Por todo o ano de 1974, compromissos de esclarecer casos de desaparecimento são assumidos e nenhum deles será levado até o fim.

Com a vitória do MDB nas eleições de 15 de novembro, as

---

25 Sobre essa nova "metodologia" e os resultados através dela alcançados, ver Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, São Paulo, Editora Brasil Debates Ltda., 1982, pp. 42 e segs.

tensões provocadas pela "linha dura" adquirem maior intensidade. Agora, não se trata apenas da ação repressiva autonomizada. O tom dos pronunciamentos, das ordens de serviço, dos comunicados se toma mais agressivo e mal se disfarçam as ameaças. Com o respaldo de comandos — sobretudo, em São Paulo, área do II Exército — a repressão, ora voltada contra o PCB, segue em sua mórbida batida, desconhecendo limites ou normas. As prisões se sucedem. Nas listas de desaparecidos, novos nomes se agregam.

No dia 25 de outubro de 1975 morre em virtude das torturas sofridas no DOI-CODI, em São Paulo, o jornalista Vladimir Herzog. Essa morte comoveu a opinião pública de uma forma particular por várias razões — não vitimava um militante clandestino, mas um cidadão de vida comum, profissional de prestígio que havia atendido voluntariamente a convocatória do organismo policial; ocorrera na prisão, sob a guarda da autoridade co-autora, responsável por sua segurança física; a versão de suicídio apresentada pelo DOI-CODI era de toda evidência falsa — por essas e outras razões ela dramatizava ao extremo o clima de arbítrio reinante e a insegurança a que todos se sujeitavam. Uma semana depois, com a participação do cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, realiza-se um culto ecumênico em memória de Herzog. Pela primeira vez em muitos anos assistia-se no Brasil uma manifestação pública com esse caráter.

Em 16 de janeiro de 1976, outro preso morre sob torturas no mesmo local. Era o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho. Novamente o suicídio é alegado como causa. Desta feita, porém, as

conseqüências serão outras: em ação rápida, Geisel demite o comandante do II Exército, substituindo-o por um oficial de sua inteira confiança. Por algum tempo o foco principal de contestação no Exército estará desarticulado.

A terceira fonte de pressão exercida sobre o governo Geisel em seus primeiros anos foi constituída pela campanha da antiestatização. Deslanchada pelo discurso de Eugênio Gudim ao receber o título de Homem de Visão -1974, ela se mantém, por dois anos seguidos, impulsionada pelos maiores jornais e pelas revistas de negócios mais importantes do país, mobilizando lideranças e entidades empresariais, que tomam públicos os seus temores quanto ao avanço desregrado da intervenção estatal na economia e fazem propostas no sentido de refreá-la. Alguém se referiu a essa campanha como a "rebelião empresarial". Ela sacudiu o poder em suas bases sociais mais sólidas. Não vamos procurar acompanhá-la em seu desenvolvimento, nem aventar hipóteses com a pretensão de explicá-la. Para os objetivos desse artigo, basta dizer que, embora localizada, embora dirigida contra certas dimensões da intervenção estatal, não obstante fosse quase sempre muda em relação à natureza autoritária do regime, a oposição empresarial que se manifestava através da aludida campanha debilitava o poder por uma razão básica: porque a mera manifestação pública de um dissenso que não podia ser pura e simplesmente reprimido — nem sequer ignorado — se chocava com — e neste sentido contestava — a reivindicação do Estado autoritário de ser ele o promotor de um interesse nacional substantivo, cujo

segredo a ninguém mais seria dado decifrar.

Estuário das três linhas de tensão apontadas, 1977 é o ano-chave no processo de transformação do regime. Iniciado com enormes expectativas sobre as reformas políticas que deveriam preceder e pavimentar o caminho às eleições diretas para os governos dos estados, a se realizarem em novembro do ano seguinte, todo o mês de janeiro é dominado pelo noticiário e pelas especulações em torno da missão Portella — presidente do Senado — encarregado de semear junto às lideranças oposicionistas o compromisso sobre determinados pontos tidos pelo governo como inegociáveis. A conjuntura sofre uma inflexão brusca no começo do mês seguinte, quando, repercutindo declarações do ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, vários empresários de destaque se manifestam através da imprensa reclamando a volta ao Estado de Direito e defendendo o retomo dos militares à caserna. A partir desse episódio, que culminou com a demissão do ministro, inúmeros sinais são emitidos, dando a entender que a intenção de buscar uma saída negociada para o impasse político, se um dia existira, havia sido abandonada. No dia 3 de fevereiro, o governo cassa o mandato do vereador gaúcho Glênio Perez; menos de duas semanas depois, no dia 15, outra cassação, sendo atingido o vereador, também gaúcho, Marcos Klassman. No dia seguinte, o comandante do 11º Batalhão de Infantaria, sediado em Campinas, proíbe a realização de debate com quatro bispos progressistas naquela cidade. No dia 18, o presidente da ARENA, Francelino Pereira, divulga nota oficial do partido sobre a

cassação de Klassman, acusando os políticos do MDB de "agentes do comunismo". 22 de fevereiro: "Na ARENA já não se acredita que as reformas políticas serão democratizantes. Para o governo nada tem para ser mudado. A reforma seria simples acomodação, destinada a manter o quadro vigente".<sup>26</sup> 4 de março: "Em raros momentos, no período pós-revolucionário, houve tanta confusão e desinformação. Faltam indicações sobre tudo, a não ser a de que o governo imporá eleições indiretas para governadores para o próximo ano".<sup>27</sup>

Menos de um mês após, o acerto dessa afirmação seria confirmado. Tomando como pretexto a negativa do MDB em aprovar sem emendas um projeto de reforma do Judiciário, matéria que requeria maioria qualificada de 2/3, no dia 1 de abril Geisel decreta o recesso temporário do Congresso e, depois de reunir-se com seus assessores mais próximos nos dias subseqüentes, edita no dia 14 um conjunto de disposições modificando o regime político vigente em várias de suas esferas. Composto de 14 emendas a artigos da Constituição de 1969, e três artigos novos, além de seis decretos-leis, o "pacote de abril" — como se tomou conhecido esse novo pacote — contemplava as seguintes medidas principais: eleições indiretas para escolha de governadores, com ampliação do colégio eleitoral; eleição de 1/3 do Senado por via indireta e instituição de sublegendas, em

---

26 "Arenistas já temem reforma casuística", O Estado de S. Paulo, 22.2.1977.

27 "Políticos nada sabem, desorientação é total", O Estado de S. Paulo, 4.3.1977.

número de três, na eleição direta dos restantes; extensão às eleições estaduais e federais da legislação restringindo a propaganda eleitoral no rádio e na TV; alteração no quorum para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso, de 2/3 dos membros para maioria simples; alteração do colégio eleitoral que elege o presidente da República; ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial.

A intensidade da reação provocada por mais esse ato de força, que por sua brutalidade rivalizava com as medidas mais duras até então impostas pelo regime e que se chocava tão frontalmente com os proclamados intuitos de distensão e de normalização institucional, a intensidade da reação, dizíamos, toma todos de surpresa. No dia 14 de abril é divulgado o pacote. Cinco dias depois, o Conselho Federal da OAB aprovava por unanimidade nota de repúdio ao que classificou de crescente desfiguramento do Estado de Direito e reclamava o fim do AI-5 acompanhado de ampla reforma constitucional a ser feita por uma assembléia constituinte eleita especialmente para esse fim. Entrementes, estudantes do mais tradicional centro de ensino jurídico do país — a Faculdade de Direito do largo de São Francisco, em São Paulo, saíam à rua solenemente vestidos de beca e faziam o enterro simbólico da Constituição, garantidos, política e fisicamente, por professor catedrático, igualmente ultrajado em sua consciência jurídica pela prepotência do regime. No início do mês seguinte, o movimento estudantil — que desde 1975 vinha se reorganizando num trabalho

paulatino desenvolvido no interior das escolas ganha as manchetes dos principais jornais do país, ao sair em passeata de protesto contra a repressão policial em São Paulo e ao realizar uma grande concentração de massa, no Rio de Janeiro, com o mesmo propósito, a despeito do pesado aparato mobilizado para obstá-lo.

Era o despertar da "sociedade civil": como se dizia na época registrado em detalhes por alguns dos principais órgãos da grande imprensa — que o aplaudiam e encorajavam em suas páginas editoriais. Assim: Junho — estudantes da Universidade de Brasília entram em greve contra punição aplicada a colegas; em Belo Horizonte é dissolvido o III Encontro Nacional de Estudantes visando à reconstituição da UNE — contam-se às centenas as prisões; presidente do Movimento Feminino pela Anistia rompe cerco da guarda de segurança do Congresso e entrega relatório de familiares de presos, desaparecidos e exilados a Rosalyn Carter, ora em visita ao país; MDB lança tese da Constituinte em simpósio reunido em Porto Alegre; comunidade acadêmica reage à tentativa do governo de impedir a realização da 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, negando-lhe os fundos necessários. Julho reunida na PUC/SP, SBPC vota moção pela anistia ampla e irrestrita na sessão final de seu conclave; encontro dos presidentes das seccionais da OAB, em São Paulo, abre debate e demanda a plenitude do habeas corpus; publicando na íntegra cartas de mães, imprensa abre amplo espaço às denúncias de torturas feitas por membros de organização de esquerda presos no Rio e em São

Paulo; "O Governo isola-se da opinião nacional" — proclama o editorial do "Estado" .<sup>28</sup> Agosto — comemoração do sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil: leitura da Carta aos Brasileiros, encerramento com passeata de 7000 pessoas, seguidas de perto pela polícia; "Estamos caminhando rapidamente para o aprimoramento democrático. Até o final deste governo deverá ter terminado o regime de exceção"<sup>29</sup> — agora são os empresários que começam a se expressar publicamente nos termos da linguagem política liberal. Em setembro e outubro o movimento sindical, que vinha se rearticulando lentamente nos anos anteriores e já esboçava o perfil de uma nova identidade, intervém em conjunto pela primeira vez desde 1964 na cena política, conduzindo a campanha pela "reposição salarial". Com esta, projeta-se nacionalmente o nome de Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, principal promotor da iniciativa.

No espaço de poucos meses a conjuntura política sofrera uma guinada. No ano anterior o governo havia cassado o mandato de inúmeros parlamentares (Marcelo Gato, Nelson Fabiano, Nadyr Rosseti, Amaury Muller e Lyzâneas Maciel), editado a lei Falcão — que praticamente eliminava dos meios de comunicação de massa a propaganda eleitoral e disputado com relativo grau de sucesso eleições para prefeituras e câmaras municipais. No final de 76 ainda

---

28 O Estadode S.Paulo, 6.7.1977.

29 Palavras de Ayrton Girão, Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto, Gazeta Mercantil, 22.8.1977.

repercutiam na memória as duras palavras de Geisel, que em discurso pronunciado em agosto de 1975 repudiara os "liberais ingênuos, ou mal intencionados", supostamente preocupados com os rumos da distensão, quando a distensão verdadeiramente necessária o governo a vinha fazendo ao efetivar medidas de alcance social. No final desse ano a situação parecia estar sob estrito controle e deter o governo o monopólio da iniciativa política. Seis ou sete meses depois, em julho/agosto, este parecia estar mergulhado em profundo isolamento, suas interdições, até então sempre validadas, iam sendo derogadas na prática e contra ele parecia erguer-se um amplo espectro de forças, que cobria da esquerda à centro-direito, dos peões do ABC à grande burguesia paulista, tendo como denominador comum a aspiração pelo Estado de Direito e a defesa das "liberdades democráticas".

Tal imagem, entretanto, é resultado de um exame incompleto e superficial. Não apreenderíamos corretamente essa conjuntura, nem poderíamos compreender os seus desdobramentos se não integrássemos na análise um dado crucial: a questão sucessória e a crise por ela desencadeada.

Terreno batido, os termos em que se colocava o problema sucessório não eram novos. De um lado estavam Geisel e o círculo de seus assessores mais íntimos — o "grupo palaciano"; de outro, o ministro da Guerra, Sílvio Frota, candidato nato à Presidência como expressão mais insigne do aparelho militar. Buscando preservar o controle do processo, Geisel desenvolve uma política de duas caras: oficialmente, joga para o futuro a discussão do problema,

condenando como prematura e inaceitável qualquer manifestação sobre candidatos. Ao mesmo tempo, faz vista grossa à operação de marketing desenvolvida pelos palacianos, que lançam publicamente o nome do general João Batista Figueiredo, chefe do todo-poderoso SNI, vestindo-o desde o início com roupagem liberal. Para embaralhar mais as coisas, aparece a candidatura civil do ex-ministro das Relações Exteriores e líder do movimento de 64, Magalhães Pinto. Vendo o terreno fugir aos seus pés, instigado pelas manobras dos adversários, Frota passa a se movimentar mais ostensivamente como candidato, intensificando contatos e articulando um estrepitoso bloco de apoio parlamentar.

Em agosto de 77, do ponto de vista do grupo Geisel, o quadro apresentava-se esquematicamente desta forma: de um lado, largas parcelas da opinião pública o hostilizavam, levantando a bandeira da volta ao Estado de Direito e à convivência democrática. Tratava-se aí de uma convergência momentânea de forças heterogêneas; nela o papel hegemônico era exercido pela oposição grã-burguesa liberal, cujos arroubos libertários ainda não haviam passado pela prova dos nove do enfrentamento das lutas sociais. De outro, a direita militar buscava a ofensiva com a candidatura Frota, produzindo um discurso virulentamente anticomunista, dirigido quase que exclusivamente ao "público interno".

Nesse contexto, Geisel retoma a iniciativa e num suceder de lances rápidos consegue redefinir a seu favor o quadro. Primeiro, numa operação iniciada em agosto, ele vai invadir o campo da



oposição reativando a "missão Portella" — que agora passará por cima do MDB e ouvirá diretamente os "setores representativos da sociedade" (Guristas, clérigos, empresários, sindicalistas etc.) — e anunciando para o ano seguinte a extinção do AI-5, além do advento das propaladas reformas. Depois, em outubro, num golpe preventivo que envolveu elevada dose de malícia e cuidadoso preparo, ele demite o ministro da Guerra e, ao mesmo tempo, anula o dispositivo da extrema-direita militar, cooptando para o seu lugar o general Belfort Bethlen, um dos esteios da linha dura no Exército. No final de 1977, com a frente militar desimpedida e com o candidato oficial sendo apresentado como o futuro presidente da abertura, Geisel estava forte o bastante para arrostar as chuvas e os ventos que ainda iriam açoiá-lo antes do término de seu mandato.

A sorte está lançada. Nesse momento, a "abertura" tal como será praticada nos primeiros anos do governo Figueiredo, em suas linhas gerais, já estava decidida.

1978 foi um ano de intensa atividade oposicionista. logo de saída, houve a dissidência do general Hugo Abreu, o inconformismo de setores da oficialidade média do Exército, a Frente Nacional de Redemocratização e a candidatura alternativa do general Euler Bentes Monteiro, rompendo por alguns momentos a imagem de coesão e unidade que a hierarquia das Forças Armadas tanto se empenhava em preservar. Em maio, era a classe operária que imprimia a sua marca no rumo dos acontecimentos com a greve do ABC, que logo iria proliferar, desdobrando-se num movimento

impetuoso que se estendeu a um sem-número de categorias e que somente dois anos mais tarde seria domado. Finalmente esse figurante incômodo, não convidado, entrava em cena e ocupava o seu lugar. "Braços cruzados, máquinas paradas" — com a greve do ABC e o movimento que ela precipita, abre-se um espaço enorme no campo das práticas e no imaginário político. Súbito, o possível dilata-se, o novo começa a brotar. Como que de repente, a política salarial e a Lei de Greve — colunas mestras da ordem social imposta a partir de 1964 — caíam por terra e o próprio governo parecia inclinado a assinar o seu obituário. "EMPRESÁRIOS DEVEM SE PREPARAR — uma nova realidade pode levar o fim da tutela do Governo nas relações com os empregados. Busca-se nova política salarial que inclua as negociações diretas."<sup>30</sup> Nova realidade — quase simultaneamente a tentativa de dar a ela a expressão política adequada: poucos meses depois nascia a ideia de um Partido dos Trabalhadores.

1978 foi, ademais, o ano da luta pela anistia, da constituição no discurso público da figura do "preso político" (em contraposição à do "terrorista", "preso de direito comum", fórmulas estigmatizantes que o poder insistia em afirmar); da ampla difusão de informações sobre o mundo do exílio, os seus grandes e pequenos dramas, suas angústias e esperanças; do lento retomo dos cassados, banidos e

---

30 Recado transmitido pelos ministros da Fazenda e do Planejamento a 22 dos mais representativos empresários paulistas, durante encontro de sete horas realizado em Brasília, Diário Comércio e Indústria, 28/30.10.1978.

exilados, os quais, embora ausentes, voltavam a habitar as páginas do noticiário político. Foi igualmente um tempo de introspecção, de longas e cansativas discussões sobre propostas partidárias diversas.

Mas 78 não foi propriamente um ano oposicionista. Ao lado desse impulso que partia de baixo e de fora, conjugado a ele, houve a missão Portella e, sobretudo, a marcha triunfal da candidatura Figueiredo. Vale chamar a atenção: antes mesmo de vir à luz, a "abertura" começou a produzir efeitos e a render dividendos políticos consideráveis. E em nome da abertura que a quase totalidade da grande imprensa vai aderir ao candidato oficial, denunciando como aventura golpista a hipótese de resistência militar. E a promessa da abertura que aplaina o caminho para o realismo dos segmentos ditos liberais do empresariado que, fugindo a qualquer contato com Euler, vão a Figueiredo na qualidade de futuro presidente, expondo os seus pontos de vista, formulando suas demandas e propostas. Na verdade, o ensaio de abertura feito em 78 vai induzir à diluição da frente que chegou a se esboçar no ano anterior. Tomados de surpresa pelo movimento social emergente, receosos de um aprofundamento das dissensões nas Forças Armadas, trêmulos ante a ideia de que o processo de mudança pudesse fugir ao controle e conduzir à "desordem", ao "imponderável", os setores liberais que haviam fustigado o governo pouco tempo antes aplaudem o projeto de abertura, nele enxergando a saída possível e desejável para o impasse político em que se debatia o país.

Nesse contexto, não é de surpreender tenham sido aprovadas

sem grande estardalhaço as reformas propostas por Geisel. Divulgado a 19 de junho — poucos dias depois de ter sido suspensa a censura prévia que ainda pesava sobre os semanários Movimento e O São Paulo, além do diário Tribuna da Imprensa — o anteprojeto das reformas suprimia os instrumentos mais nitidamente discricionários da legislação vigente, sem alterar, no entanto, a face autoritária do regime. Com efeito, embora determinasse o fim das cassações através do AI-5; o fim das suspensões de direitos políticos com base no AI-5; o fim do direito do presidente de fechar o Congresso; o fim de outros poderes arbitrários — o de remover juízes e aposentar compulsoriamente funcionários públicos, por exemplo -; o fim das penas de morte, banimento e prisão perpétua; o restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos, ele preservava a Lei de Segurança Nacional — que em outubro seria alterada, sendo ampliada a sua abrangência e tomada menos custosa, politicamente, a sua aplicação; mantinha as dezenas de Atos Institucionais e Complementares, que perderiam apenas os dispositivos que "contrariam a Constituição"; não revogava o pacote de abril, nem a Lei Falcão, e ainda criava uma figura nova: o "Estado de Emergência".

Esse instrumento, que dispensa a aprovação pelo Congresso, faculta ao presidente: suspender todas as garantias individuais; suspender todas as liberdades públicas; intervir em sindicatos; suspender imunidades parlamentares; atribuir às Forças Armadas todos os poderes de polícia e entregar ao julgamento de tribunais

militares todos os que forem presos durante a sua vigência.

Em março de 1974, Geisel proclamava a sua aspiração de ver os instrumentos excepcionais superados "pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional". No final de 78, o momento chegara e o "Estado de Emergência", junto com a Lei de Segurança Nacional reformada, ali estavam para mostrar que a criatividade política não havia faltado.

As reformas políticas serão votadas em novembro, poucos dias antes das eleições parlamentares. Em março do ano seguinte, ao transmitir o governo ao general Figueiredo, Geisel podia olhar para trás com a consciência de ter percorrido um longo trajeto. Muito chão teria ainda de ser batido, mas esta já é outra história.